



PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

ESCOLA DE GOVERNO
PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO

Belo Horizonte, Agosto de 2019.

Governo do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Secretaria de Estado do Planejamento e Gestão

Otto Alexandre Levy Reis

Fundação João Pinheiro

Helger Marra Lopes

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Diretoria-Geral

Maria Isabel Araújo Rodrigues

Diretoria-Adjunta

Carla Bronzo Ladeira Carneiro

Coordenação do Colegiado do Curso de Administração Pública

Kamila Pagel de Oliveira

Subcoordenação do Colegiado do Curso de Administração Pública

Coordenação de Estágio e Atividades Complementares do Curso de Administração Pública

Bárbara Barbosa Dias dos Anjos

Coordenação de Estágio Supervisionado

Sérgio Luiz Felix da Silva

Gerência de Ensino e Pesquisa

Rosânia Rodrigues de Sousa

Gerência de Extensão e Relações Institucionais

Beatrice Correa de Oliveira

Gerência de Capacitação e Treinamento

Vanda Catarina Duarte

Secretaria-Geral

Margareth de Lima Santos

Secretaria de Registro e Controle Acadêmico

Júlia Mara Perdigão Alves

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| NOME DO CURSO E ÁREA DE CONHECIMENTO | 4 |
| JUSTIFICATIVA | 5 |
| A ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO..... | 6 |
| Trabalhos e Projetos desenvolvidos na Escola de Governo | 8 |
| OBJETIVOS DO CURSO | 9 |
| Benefícios | 10 |
| Público – Alvo | 10 |
| Critérios de Seleção..... | 10 |
| Perfil do Egresso | 11 |
| A CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL..... | 13 |
| CONCEPÇÃO DO PROGRAMA | 14 |
| Disciplinas Obrigatórias e Optativas | 15 |
| Período e Periodicidade | 17 |
| Carga Horária Total | 19 |
| Interdisciplinaridade..... | 20 |
| Estágio Extracurricular e Estágio Curricular Supervisionado..... | 4 |
| Trabalho de Conclusão do Curso..... | 6 |
| Atividades Complementares de Graduação | 7 |
| Atividades de Extensão..... | 7 |
| Atividades de Imersão..... | 13 |
| Intercâmbio Acadêmico..... | 16 |
| SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DISCENTE | 18 |
| SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DOCENTE..... | 19 |
| Novas tecnologias e inovações didático-pedagógicas..... | 20 |
| COORDENAÇÃO | 22 |
| BIBLIOTECA MARIA HELENA DE ANDRADE | 60 |
| INFRAESTRUTURA DA ESCOLA DE GOVERNO | 65 |
| INDICADORES DE DESEMPENHO | 69 |

NOME DO CURSO E ÁREA DE CONHECIMENTO

Nome do Curso: **Curso de Graduação em Administração Pública**

Forma de Oferta: **Presencial**

Enquadramento MEC/CAPEs

Grande Área – “Ciências Sociais Aplicadas”

Área – “Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo”

Subárea – “Administração”

Especialidade – “Administração Pública”

Enquadramento MEC/INEP/ENADE

Área Geral – “Negócios, Administração e Direito”

Área Específica – “Negócios e Administração”

Área Detalhada – “Gestão e Administração”

Rótulo – “Administração Pública”

JUSTIFICATIVA

O Curso de Graduação em Administração Pública – Csap, ofertado pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, destina-se à formação de profissionais preparados para atuar nas áreas de planejamento e avaliação, administração financeira e orçamentária, contabilidade, modernização da gestão, racionalização de processos, gestão e tecnologia da informação, recursos logísticos, recursos materiais, recursos humanos e administração patrimonial e na formulação, supervisão e avaliação de políticas públicas, constituindo-se em um instrumento fundamental para a modernização do serviço público.

Além disso, apresenta um caráter peculiar, na medida em que ao se constituir como uma etapa do Concurso Público, para provimento dos cargos da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, articula a formação de alunos em nível de graduação e seu ingresso em uma carreira de Estado.

Desta forma, a formação oferecida pela Escola de Governo no Csap, que se constitui em uma etapa do Concurso Público para provimento de um cargo público efetivo, contribui para a modernização da gestão governamental. Assim, tem-se o importante papel institucional desempenhado por esta Escola de Governo, criada em 1992, como uma diretoria da Fundação João Pinheiro.

A ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO

A Escola de Governo, da Fundação João Pinheiro, nasceu e se consolidou como uma IES *sui generis* no cenário acadêmico de Minas Gerais, posto que combina autonomia acadêmica dos seus programas de ensino e pesquisa com subordinação aos objetivos de modernização da gestão pública do Governo do Estado.

Trata-se de uma instituição de ensino superior isolada que oferece cursos de graduação, capacitação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

A oferta do curso de graduação em Administração Pública ocorre regularmente desde o primeiro semestre de 1993. Neste ano, excepcionalmente, duas turmas ingressaram no curso, e no período de 1994 a 2003, a cada ano, uma nova turma foi selecionada. A partir de 2004, a Escola de Governo passou a receber duas turmas por ano (uma turma a cada semestre), porém, em 2017, em função do quadro orçamentário e financeiro do Estado de Minas Gerais, houve o retorno do ingresso de uma turma por ano. Em julho de 2018 a trigésima quarta turma colou grau.

No ano de 2004, a partir da edição da Lei nº. 15.352, de 20 de setembro de 2004, a Escola de Governo, da Fundação João Pinheiro, criada pela Lei nº. 10.961, de 14 de dezembro de 1992, passou a ser denominada “Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho”, em homenagem à memória do professor que encantava os seus alunos por seus profundos conhecimentos jurídicos e por seu forte senso de responsabilidade cívica, estando suas lições consolidadas nos trabalhos da Instituição.

Grande defensor da valorização do funcionalismo público, o Prof. Paulo Neves de Carvalho sempre sustentou a tese de que o direito administrativo, por si só, não seria capaz de resolver as questões organizacionais. Sendo assim, a temática do comportamento do agente público, comprometido com a consecução dos objetivos e valores fundamentais do Estado e pautado nos valores éticos e morais, deveria estar sempre presente.

Daí a necessidade de se investir na capacitação e no aperfeiçoamento do servidor público, que segundo o Professor, são fatores fundamentais para o êxito de uma boa Administração Pública. E uma Escola de Governo, direcionada ao progresso do conhecimento e ao fomento da inovação, cujas ações se pautem pelo compromisso de

formar um núcleo de gestão governamental qualificado, seria, neste ponto, um suporte para viabilizar um modelo de gestão pública responsável tão desejada pela sociedade e idealizada pelo Estado Democrático de Direito pelo qual o Brasil se define.

Toda Escola de Governo deve buscar trabalhar, em seus programas e em suas ações, as três dimensões da capacitação profissional, quais sejam: o saber, o saber fazer e o saber/querer ser. Sendo seu compromisso não apenas informar e atualizar os agentes públicos, mas, sobretudo, provocar as mudanças requeridas e contribuir para o alcance dos melhores resultados do setor público.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, que se sustenta pelo tripé ensino, pesquisa e extensão, e pelas três dimensões da capacitação profissional, e que visa, precipuamente, esta formação de servidores públicos, qualificados para atuarem no progresso da Administração Pública mineira, tanto em se tratando da melhoria da estrutura administrativa de gestão, quanto em se falando de formulação e avaliação de políticas públicas planejadas e desenvolvidas para a sociedade, tem por finalidade exatamente formar e capacitar recursos humanos de qualidade para a administração pública, prioritariamente para o Estado, competindo-lhe:

- promover a formação profissional em técnicas e competências demandadas na modernização administrativa do setor público, mediante a oferta de cursos de graduação e pós-graduação, de cursos de capacitação e treinamento, inclusive para a iniciativa privada;
- desenvolver projetos de extensão;
- desenvolver estudos e pesquisas relativos à administração pública e áreas afins; e
- promover a cooperação técnica e acadêmica com instituições públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, assume papel vital para que a gestão pública do Estado de Minas Gerais alcance resultados cada vez mais expressivos e úteis à sociedade, uma vez que os agentes públicos responsáveis pela consecução de tais resultados serão formados, capacitados, treinados e orientados de forma ótima e qualificada para atuarem estrategicamente nas atividades do Estado e nas políticas e ações do Governo.

No ano de 2012, foi realizada a última reforma curricular do Curso de Graduação Administração Pública, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, por meio do Parecer CEE nº 587/2013, aprovado em 27 de agosto de 2013.

Este Projeto Pedagógico tem por finalidade apresentar as atualizações do Projeto Pedagógico aprovado em 2013, e vigente desde 2014, considerando ainda a publicação da Resolução CNE/CES nº. 01, de 13 de janeiro de 2014, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública.

Trabalhos e Projetos desenvolvidos na Escola de Governo

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, ao longo de sua história, sempre incentivou e assim se mantém patrocinando eventos de cunho acadêmico que se propõe a construir e a agregar conhecimento à sua comunidade, a incentivar o debate e a argumentação em prol do desenvolvimento de ideias e projetos inovadores para a melhoria das práticas e das políticas da Administração Pública do Estado de Minas Gerais.

Toda a construção dos eventos e atividades desenvolvidos pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, na medida do possível, é sempre realizada a partir do envolvimento de todos os atores da sua comunidade acadêmica, na busca de um perfeito alinhamento entre os anseios dos alunos do Csap e as demandas pedagógicas dos professores, para o alcance de uma maior democratização da relação ensino-aprendizagem.

OBJETIVOS DO CURSO

O Csap foi autorizado a funcionar pelo Decreto Federal nº 92.745, de 4 de junho de 1986 e reconhecido pela Portaria Ministerial no 1.257, de 23 de agosto de 1994. Possui atualmente uma carga horária total de 3.265 (três mil, duzentos e sessenta e cinco) horas, distribuídas em 8 (oito) semestres letivos, sendo 2.505 (duas mil quinhentos e cinco) horas-aula de disciplinas obrigatórias; 500 (quinhentas) horas de estágio curricular supervisionado; 120 (cento e vinte) horas-aula de disciplinas optativas; 80 (oitenta) horas de atividades complementares de graduação, e 60 (sessenta) horas de atividade de imersão e conexão.

Ao final do ano de 2016 o Csap recebeu a visita de comissão constituída pelo Conselho Estadual de Educação para fins de renovação do seu reconhecimento. A referida comissão emitiu o Parecer CEE nº. 758/2016, aprovado em 23 de novembro de 2016, atribuindo conceito final A na avaliação do Csap, na qual diversos itens estruturais e pedagógicos são avaliados, com manifestação favorável à renovação de seu reconhecimento pelo prazo de 05 (cinco) anos, sendo devidamente homologado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em 22 de dezembro de 2016.

O Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em 22 de dezembro de 2016, editou a Resolução nº 067, renovando o reconhecimento do Curso de Administração Pública – Bacharelado, ministrado pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, pelo prazo de 04 (quatro) anos, nos termos do Parecer CEE nº. 758/2016.

Tendo em vista o objetivo de formação de profissionais voltados para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, regulamentada pela Lei Estadual nº 18.974/2010, o currículo pleno do curso é estruturado em torno de um núcleo básico de disciplinas, de caráter geral, as quais habilitam o aluno ao exercício das atribuições do cargo da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e de um núcleo específico, constituído por disciplinas que preparam o aluno para atuação na área da Administração Pública.

Incluem-se entre os objetivos específicos do Csap:

- formação se servidores para composição dos quadros do setor público mineiro;
- fortalecimento de competências na área de gestão governamental;
- desenvolvimento de pesquisas relacionadas com as questões e problemas da administração pública

Benefícios

O Csap apresenta os seguintes benefícios:

- Gratuidade do ensino;
- Bolsa de estudo mensal correspondente a um salário mínimo para os alunos que não sejam servidores públicos, durante toda a duração do Csap, mediante requerimento e desde que preenchidos os requisitos expressos na Lei Estadual nº. 18.974/2010;
- Dispensa de ponto, durante o período letivo, para o servidor público estadual da administração direta, autárquica ou fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, matriculado no Csap, nos termos do art. 9º da Lei 11.658/1994.

Público – Alvo

O público-alvo do Csap é composto por pessoas que tenham interesse de ingressar na carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e que tenham concluído o ensino médio.

Crítérios de Seleção

Os alunos do Csap são selecionados por meio de um Concurso Público.

O Concurso Público em questão, do qual faz parte o Csap, visa o provimento de cargos da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), sendo através de seu Edital especificado o quantitativo de vagas ofertadas e dispostas as demais regras para sua execução.

O Concurso Público, atualmente, ocorre em 2 (duas) etapas, sendo a primeira constituída de provas objetivas e de redação, que correspondem ao Exame Nacional do

Ensino Médio – Enem, do ano de referência do Concurso Público, de caráter classificatório e eliminatório; e a segunda compreende a conclusão do Csap, no prazo e nas condições de aproveitamento determinadas pela Lei Estadual nº. 18.974/2010 e alterações posteriores, nos Decretos Estaduais nº. 45.600/2011 e nº. 46.030/2012 e ainda, de acordo com o Regimento Interno e os Regulamentos da Escola de Governo.

As provas da primeira etapa são elaboradas de acordo com os conteúdos programáticos divulgados antecipadamente no Edital do Enem, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação (MEC), sendo que todas as suas questões destinam-se a avaliar, em nível de Ensino Médio, conhecimentos e habilidades do candidato, verificando sua capacidade de raciocínio, pensamento crítico, compreensão e de análise e síntese, de modo a selecionar o candidato tanto para acesso à educação superior quanto para o mundo do trabalho, enquanto EPPGG.

Para o Concurso Público são reservadas 10% (dez por cento) das vagas para pessoas com deficiência, nos termos do artigo 1º da Lei Estadual nº. 11.867, de 28 de julho de 1995, e de acordo com os critérios definidos pelo art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298/1999 e pela Súmula STJ nº 377, observada a exigência de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo. Sendo também reservadas, conforme disposto no artigo 1º da Lei Estadual nº 22.929, de 12 de janeiro de 2018, 20% (vinte por cento) das vagas para pessoas autodeclaradas negras, 3% (três por cento) para indígenas (3%) e 17% (dezessete por cento) para pessoas de baixa renda que sejam egressas de escola pública.

Perfil do Egresso

A Lei Estadual nº 22.257, de 27 de julho de 2016 redefiniu o total de vagas para os cargos da carreira de EPPGG em 1.277.

De acordo com dados disponibilizados pela Secretaria de Registro e Controle Acadêmico (SRCA), da Escola de Governo, em agosto de 2018, o número total de egressos do Csap se resumia a 1.132 (mil, cento e trinta e dois) alunos, formados por 34 (trinta e quatro) turmas. Entretanto, de acordo com os dados disponibilizados no Portal da Transparência de Minas Gerais, também em agosto de 2018, havia 634 EPPGGs ativos e em exercício no Poder Executivo estadual.

Espera-se que o profissional egresso do Csap seja capaz de atuar em funções de direção, coordenação e supervisão de diferentes níveis e em diferentes áreas da administração pública estadual. Sendo as suas atribuições, previstas na Lei Estadual nº 18.974/2010: a formulação, a supervisão e a avaliação de políticas públicas e o exercício de atividades relacionadas às áreas de planejamento e avaliação, administração financeira e orçamentária, contabilidade, modernização da gestão, racionalização de processos, gestão e tecnologia da informação, recursos logísticos, recursos materiais, recursos humanos e administração patrimonial.

Sua formação teórica é complementada por diversas atividades que combinam teoria e prática, tais como as atividades de extensão e imersão, os estágios extracurricular e curricular supervisionado, e as atividades complementares de graduação. Sendo a principal ação de preparo para o mercado de trabalho, o estágio curricular supervisionado, realizado pelos alunos nos dois últimos períodos do curso.

O estágio curricular supervisionado é realizado em órgãos ou entidades da administração pública, direta, autárquica e fundacional do Estado de Minas Gerais e visam integrar e preparar o aluno para a inserção na carreira pública de EPPGG, tendo em vista que é realizado no local no qual o aluno será direcionado, após a conclusão do curso. Dessa forma, permite ao aluno o conhecimento sobre o funcionamento do órgão no qual irá trabalhar, além de já iniciar o desempenho das atividades que serão realizadas por este, ganhando experiência, antes mesmo da formação. No estágio, o aluno ainda elabora um trabalho de conclusão de curso, cujo tema, orienta-se estar, preferencialmente, relacionado ao órgão no qual está inserido, de modo a entregar um produto com contribuições a este órgão antes mesmo de ser efetivado.

As atividades de extensão e imersão, bem como as atividades complementares de graduação, produzem um conhecimento para além do conhecimento acadêmico, uma vez que o conhecimento gerado é fruto de uma troca de saberes, do confronto entre o mundo das ideias e a realidade da comunidade. Algumas destas atividades de extensão, desenvolvidas e patrocinadas pela Escola de Governo e em alguns projetos em conjunto com outras Instituições de Ensino Superior e entes da Federação, objetivam levar o aluno do CSAP a conhecer *in loco* a diversidade da realidade brasileira e a desenvolver uma visão integrada dos processos de gestão, tão necessária à sua atuação como EPPGG.

A CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL

Para ingressar na carreira de EPPGG, o candidato classificado no Concurso Público deverá:

- atender às normas estabelecidas na Lei nº. 18.976/2010, no Regimento Interno da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho e nos Regulamentos do curso;
- frequentar as aulas do Csap, que ocorrerão nos turnos da manhã e da tarde. É obrigatória a frequência mínima de 75% em cada disciplina da grade curricular do Csap, nos termos do disposto na Resolução do Conselho Federal de Educação nº. 04/1986 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como no Regimento Interno da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho;
- assinar, na ocasião do registro inicial (matrícula), Termo de Compromisso, obrigando-se a ressarcir o valor atualizado dos serviços escolares recebidos ao Estado e, se for o caso, o valor atualizado da bolsa de estudo mensal, nas hipóteses de: abandonar o curso, a partir do quarto semestre, a não ser por motivo de saúde, devidamente atestado pelo órgão competente; ser reprovado em três disciplinas previstas no currículo do Csap; não tomar posse no cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e; não permanecer na carreira pelo período mínimo de três anos após o ingresso.

Ao ingressar na carreira de EPPGG, o egresso será nomeado para o nível I, grau A, do cargo, cuja jornada de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais e a remuneração bruta inicial de aproximadamente R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), considerando o Vencimento Básico acrescido de 100% (cem por cento) da Gratificação de Desempenho e Produtividade Individual e Institucional, que é variável. Contudo, até obter a primeira avaliação de desempenho, o egresso terá sua Gratificação de Desempenho e Produtividade Individual e Institucional considerada em 70% (setenta por cento) para o cálculo de sua remuneração.

O EPPGG é regido pelo regime jurídico estatutário, nos termos do art. 4º e parágrafos da Lei Estadual nº 18.974/2010, e pode ter exercício em qualquer Órgão ou Entidade da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

O atual currículo do Csap, apresentado neste Projeto Pedagógico, fruto de um intenso processo de discussão conduzido ao longo do ano de 2012 e aprovado em 2013 por meio do Parecer nº. 587/2013, do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, foi devidamente atualizado ao longo dos anos de 2014 e 2015 com base na Resolução nº. 01/2014 da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação subordinado ao Ministério da Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, e nas recomendações do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais.

O currículo do Csap traz uma perspectiva histórica e contextualizada na condução de todas as suas disciplinas e atividades, em respeito ao compromisso com os valores públicos, com o desenvolvimento nacional e com a redução das desigualdades, e em reconhecimento da diversidade regional e cultural. Apresenta conteúdos de formação básica, conteúdos de formação profissional e atividades formativas extraclasse, que em conjunto se propõe a contribuir para o desenvolvimento de certas habilidades nos alunos, quais sejam:

- Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- Apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- Desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- Estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e de comunicação interinstitucionais;

- Ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

Disciplinas Obrigatórias e Optativas

Os conteúdos de formação básica do Csap estão relacionados à característica multidisciplinar da área Pública e articulam conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia, bem como os estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, e os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação, contribuindo para a capacitação para a leitura, escrita, expressão e comunicação, sempre desenvolvidos com vistas à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

Os conteúdos de formação profissional, por sua vez, estão relacionados às temáticas de governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, que oferecem ao aluno do Csap a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

Especificamente quanto às disciplinas obrigatórias, no Csap elas foram dispostas numa organização matricial, observando uma sequência lógica nos 8 (oitos) semestres letivos dentro de cada área temática, conforme descrito a seguir:

- ***Fundamentos quantitativos:*** Matemática, Estatística e Matemática Financeira.
- ***Finanças, orçamento e controle:*** Introdução à Contabilidade, Contabilidade Pública, Administração Financeira e Orçamentária, Controle na Administração Pública e Finanças Públicas.
- ***Administração:*** Teoria Geral da Administração, Informática Aplicada à Gestão Pública, Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais, Logística no Setor Público, Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público, Sistemas de Informação e Governança Eletrônica, Gestão de Projetos e Psicologia Organizacional;
- ***Gestão Pública:*** Administração Pública, Políticas Públicas, Gestão Pública no Estado Contemporâneo, Planejamento de Governo, Regulação e Gestão de Serviços Públicos, Gestão Municipal, Avaliação Social de Projetos, Projeto Aplicado I, Projeto Aplicado II e Projeto Aplicado III.

- ***Sociologia e Política:*** Filosofia Política, Formação Social do Brasil, Sociologia, Teoria Política, Política Brasileira, Sociologia das Organizações, Políticas Sociais e Ética e Serviço Público.
- ***Economia:*** Microeconomia, Macroeconomia, Economia do Setor Público, Desenvolvimento Econômico e Social e Economia Brasileira.
- ***Direito:*** Introdução ao Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo I, Direito Administrativo II.
- ***Metodologia:*** Introdução ao Pensamento Científico, Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública, Metodologia Científica, Metodologia de Pesquisa, Integração e Desenvolvimento Profissional I e II.

A composição da carga horária total do curso foi acrescida de horas-aula destinadas às disciplinas optativas, que foram definidas ao longo da revisão deste Projeto Pedagógico, conforme estudos e em respeito a determinações legais, como o Decreto Federal nº. 5.626/2005 e a Lei Federal nº. 9.795/1999. A escolha acerca de qual disciplina optativa cursar, bem como do período de sua realização, será de responsabilidade exclusiva do aluno, conforme oferta de disciplinas pela Escola de Governo e existência de vagas.

Para algumas disciplinas, o Colegiado do Curso instituiu a exigência de pré-requisitos:

- A aprovação na disciplina Matemática é necessária para a matrícula na disciplina Microeconomia; a aprovação na disciplina Microeconomia é necessária para a matrícula na disciplina Macroeconomia.
- A aprovação na disciplina Estatística é necessária para a matrícula na disciplina Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública.
- As disciplinas Metodologia de Pesquisa e Integração e Desenvolvimento Profissional I deverão ser cursadas a partir do sétimo período do curso, sendo o Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso ao longo delas desenvolvido.
- A disciplina Integração e Desenvolvimento Profissional II deverá ser cursada a partir do oitavo período do curso, sendo a aprovação nas disciplinas Metodologia de Pesquisa e Integração e Desenvolvimento Profissional I pré-requisito para matrícula na disciplina Integração e Desenvolvimento Profissional II e também para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso.

O instituto de pré-requisitos tem como objetivo resguardar discentes e docentes no que diz respeito ao conhecimento prévio de conteúdos assumidos como já assimilados para o desenvolvimento dos conteúdos programáticos.

Período e Periodicidade

O Csap tem duração total de 8 (oito) semestres letivos, com as aulas em período integral, matutino e vespertino, para todos os alunos. Sendo as disciplinas obrigatórias ofertadas e a carga horária total de cada período letivo distribuídas conforme proposta abaixo destacada.

- **1º PERÍODO: 405 horas-aula** – Teoria Geral da Administração; Matemática; Filosofia Política; Introdução ao Direito; Introdução ao Pensamento Científico; Formação Social do Brasil; Introdução à Contabilidade; e Sociologia.
- **2º PERÍODO: 420 horas-aula** – Estatística; Teoria Política; Direito Constitucional; Microeconomia; Matemática Financeira; Política Brasileira; Sociologia das Organizações; e Projeto Aplicado I.
- **3º PERÍODO: 420 horas-aula** – Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais; Macroeconomia; Direito Administrativo I; Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública; Administração Pública; Psicologia Organizacional; e Contabilidade Pública.
- **4º PERÍODO: 390 horas-aula** – Direito Administrativo II; Economia do Setor Público; Políticas Públicas; Desenvolvimento Econômico e Social; Informática Aplicada à Gestão Pública; Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público; Planejamento de Governo; e Projeto Aplicado II.
- **5º PERÍODO: 390 horas-aula** – Regulação e Gestão de Serviços Públicos; Logística no Setor Público; Gestão Pública no Estado Contemporâneo; Sistemas de Informação e Governança Eletrônica; Administração Financeira e Orçamentária; Economia Brasileira; e Políticas Sociais.
- **6º PERÍODO: 360 horas-aula** – Metodologia Científica; Finanças Públicas; Controle na Administração Pública; Gestão Municipal; Avaliação Social de Projetos; Ética e Serviço Público; Gestão de Projetos; e Projeto Aplicado III.
- **7º PERÍODO: 90 horas-aula** – Metodologia de Pesquisa; e Integração e Desenvolvimento Profissional I.
- **8º PERÍODO: 30 horas-aula** – Integração e Desenvolvimento Profissional II.

A distribuição das disciplinas nos períodos do curso refere-se a uma proposta, cabendo ao aluno, a cada semestre, realizar a matrícula nas disciplinas de seu interesse, respeitando sempre os pré-requisitos estabelecidos e os regulamentos do curso. Ao final do curso é necessário que o aluno tenha cursado, com êxito, todas as 49 (quarenta e nove) disciplinas obrigatórias e no mínimo 4 (quatro) disciplinas optativas que forem ofertadas dentre as que estão abaixo identificadas:

- Auditoria Operacional;
- Direitos Humanos e Sociais;
- Libras (Decreto Federal nº. 5.626/2005);
- Economia Mineira;
- Federalismo e Relações Intergovernamentais;
- Fenômenos Sociais Contemporâneos e Políticas Públicas;
- Gestão de Custos no Setor Público;
- Marketing no Setor Público;
- Negociação;
- Participação Social;
- Políticas Setoriais;
- Políticas Públicas para a Sustentabilidade (Lei Federal nº. 9.795/1999);
- Teorias Psicológicas na Gestão de Pessoas;
- Tópicos Especiais em Administração Pública I;
- Tópicos Especiais em Administração Pública II.

Conforme determinação contida na Resolução nº. 02/2007, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação subordinado ao Ministério da Educação, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, a conclusão e a integralização curricular do Csap devem ocorrer em no mínimo 4 (quatro) anos e no máximo 5 (cinco) anos. Devendo ser ressaltado que o período em que for concedido trancamento de matrícula não será contabilizado para fins de integralização curricular.

Carga Horária Total

O currículo do Csap está descrito na malha curricular que segue abaixo, com a respectiva identificação da carga horária correspondente a cada componente obrigatório do curso.

Tabela 01: Componentes e Carga Horária do Csap

| COMPONENTES | CARGA HORÁRIA |
|--|-------------------------|
| Disciplinas Obrigatórias | 2.505 horas-aula |
| Administração Financeira e Orçamentária | 60 horas-aula |
| Administração Pública | 60 horas-aula |
| Avaliação Social de Projetos | 30 horas-aula |
| Contabilidade Pública | 60 horas-aula |
| Controle na Administração Pública | 60 horas-aula |
| Desenvolvimento Econômico e Social | 30 horas-aula |
| Direito Administrativo I | 60 horas-aula |
| Direito Administrativo II | 60 horas-aula |
| Direito Constitucional | 60 horas-aula |
| Economia Brasileira | 60 horas-aula |
| Economia do Setor Público | 60 horas-aula |
| Estatística | 60 horas-aula |
| Ética e Serviço Público | 30 horas-aula |
| Filosofia Política | 60 horas-aula |
| Finanças Públicas | 60 horas-aula |
| Formação Social do Brasil | 60 horas-aula |
| Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais | 60 horas-aula |
| Gestão de Projetos | 60 horas-aula |
| Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público | 60 horas-aula |
| Gestão Municipal | 60 horas-aula |
| Gestão Pública no Estado Contemporâneo | 30 horas-aula |
| Informática Aplicada à Gestão Pública | 30 horas-aula |
| Integração e Desenvolvimento Profissional I | 30 horas-aula |
| Integração e Desenvolvimento Profissional II | 30 horas-aula |
| Introdução à Contabilidade | 30 horas-aula |
| Introdução ao Direito | 45 horas-aula |
| Introdução ao Pensamento Científico | 30 horas-aula |
| Logística no Setor Público | 60 horas-aula |
| Macroeconomia | 60 horas-aula |
| Matemática | 60 horas-aula |
| Matemática Financeira | 30 horas-aula |
| Metodologia Científica | 30 horas-aula |
| Metodologia de Pesquisa | 60 horas-aula |
| Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública | 60 horas-aula |
| Microeconomia | 60 horas-aula |
| Planejamento de Governo | 60 horas-aula |
| Política Brasileira | 60 horas-aula |
| Políticas Públicas | 60 horas-aula |
| Políticas Sociais | 60 horas-aula |
| Projeto Aplicado I | 30 horas-aula |
| Projeto Aplicado II | 30 horas-aula |
| Projeto Aplicado III | 30 horas-aula |

| | |
|--|-----------------------|
| Psicologia Organizacional | 60 horas-aula |
| Regulação e Gestão de Serviços Públicos | 60 horas-aula |
| Sistemas de Informação e Governança Eletrônica | 60 horas-aula |
| Sociologia | 60 horas-aula |
| Sociologia das Organizações | 60 horas-aula |
| Teoria Geral da Administração | 60 horas-aula |
| Teoria Política | 60 horas-aula |
| Disciplinas Optativas | 120 horas-aula |
| Optativa I | 30 horas-aula |
| Optativa II | 30 horas-aula |
| Optativa III | 30 horas-aula |
| Optativa IV | 30 horas-aula |
| Estágio Curricular Supervisionado | 500 horas |
| Atividades Complementares de Graduação | 80 horas |
| Atividade de Imersão e Conexão | 60 horas |
| Trabalho de Conclusão de Curso | - |
| TOTAL | 3265 horas |

Atividades Práticas Supervisionadas

Conforme aprovado pelo Colegiado do Curso em 02/08/2019 e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 06/08/2019, a partir de permissão contida no Ofício nº 1.256 de 04 de Julho de 2019 do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, a hora aula do Csap é de 50 minutos.

Tal alteração ocorreu após amplo debate ocorrido no âmbito das instâncias de decisão da Escola de Governo e foi fundamentada no Parecer do Conselho Nacional de Educação nº261/2006 e na Resolução nº3/2007 que estabelecem que o trabalho discente efetivo compreende preleções e aulas expositivas e Atividades Práticas Supervisionadas.

Tais atividades ocorrem por meio de trabalhos individuais e em grupo, trabalhos interdisciplinar, práticas de ensino, atividades em biblioteca e laboratório, visitas técnicas, dentre outros e possuem como objetivo estimular a autonomia e o protagonismo do aluno no processo de ensino-aprendizagem e no desenvolvimento de competências formativas.

As atividades práticas supervisionadas realizadas no âmbito do Curso são definidas no Plano de Ensino de cada disciplina.

Interdisciplinaridade

Na concepção do currículo do Csap, chama atenção a sua forte interdisciplinaridade, conforme explicitado em sua própria organização em torno dos

núcleos centrais com as contribuições das diversas áreas do saber acadêmico afins à administração pública.

Deve ser também notado que, além do Estágio Curricular Supervisionado e das Atividades Complementares de Graduação, foi instituída no currículo a exigência de participação em Atividades de Imersão e Conexão.

As disciplinas de Projeto Aplicado também demonstram claramente esta interdisciplinaridade proposta no curso, na medida em que conciliam teoria e prática e tem como objetivo propiciar a participação dos alunos do CSAP em projetos, oficinas, entre outras atividades, fazer com que conheçam o dia a dia do funcionamento de um órgão ou entidade pública, participem de projetos do Governo do Estado de Minas Gerais e auxiliem na busca de soluções para as questões e problemas elencados, associando as experiências práticas com os conteúdos ministrados na teoria da sala de aula, e também desenvolver a capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período de imersão.

Matriz de Competências

O conceito de competência pode ser entendido como o combinado de características, recursos e qualificações de um indivíduo, atrelada ao conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que possibilitam a realização de determinadas tarefas ou resolução de um problema (FLEURY, 2001; MCCLELLAND, 1973). Conhecimentos são caracterizados como a especialidade teórica e técnica das pessoas em relação a determinados conteúdos. Podem-se compreender as habilidades como a aplicação, utilização dos conhecimentos, ao passo que as atitudes tangenciam um aspecto comportamental, de predisposição das pessoas a realizar determinadas atividades (RABAGLIO, 2001).

Destaca-se ainda o conceito do pensamento complexo da competência, que envolve aspectos do saber conhecer; do saber fazer e ainda do saber ser. Para Tobon (2006), as competências extrapolam o conceito instrumental sendo, portanto, desenvolvidas tanto em relação ao contexto profissional quanto para a integração sociocultural do indivíduo, e ainda no tocante a sua própria auto realização (MEDINA VIDANA, 2010).

Após levantamento bibliográfico sobre a temática das competências, contextualizando o debate para a administração pública e a atuação no setor público elaborou-se uma matriz de competências pautada em:

I. Princípios do projeto pedagógico do curso

O currículo do curso de administração pública está pautado na interdisciplinaridade, e ainda nas três dimensões da capacitação profissional, quais sejam: o saber, o saber fazer e o saber/querer ser, com o objetivo de formar servidores públicos qualificados para atuarem no progresso da Administração Pública mineira. Desse modo, diversos saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e teorias precisam ser mobilizados e oferecidos para o alcance desse propósito.

II. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em administração pública do Ministério da Educação - Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014. As diretrizes consolidaram os princípios fundamentais a serem atingidos pelos cursos de administração pública, a saber: *ethos* republicano e democrático, interdisciplinaridade e flexibilidade. Ademais, estabeleceu competências e habilidades consideradas relevantes para a formação em administração pública:

- Reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- Apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- Desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- Estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;

- Expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- Ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

III. Competências essenciais dos servidores públicos estaduais, estabelecida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pela Resolução SEPLAG nº 001, de 03 de janeiro de 2013, respaldadas no modelo de Gestão do Desempenho por competências adotado pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

- A inclusão das competências apresentadas pela SEPLAG justifica-se por considerar que a Escola de Governo tem como missão formar profissionais qualificados para trabalharem no serviço público estadual. Sendo assim, entende-se como relevante o alinhamento dos 4 anos de formação no curso de administração pública para o posterior ingresso no estado enquanto especialistas em políticas públicas e gestão governamental.

IV. Concepção de competências cidadãs, proposta por MAGALHÃES, 2015.

A concepção de competências cidadãs abarca o conjunto de conhecimentos, habilidades cognitivas, emocionais, comunicativas, sociais e éticas que são demandados dos indivíduos nos contextos em que eles estão inseridos. Considerando que o currículo do curso ressalta a importância de “uma perspectiva histórica e contextualizada na condução de todas as suas disciplinas e atividades, em respeito ao compromisso com os valores públicos, com o desenvolvimento nacional e com a redução das desigualdades, e em reconhecimento da diversidade regional e cultural” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017) as competências cidadãs permitem que sejam consideradas habilidades e atitudes que vão ao encontro das diretrizes e concepções do projeto pedagógico.

Considerando, portanto, todas essas perspectivas apresenta-se a Matriz de competências proposta para o Csap, que irá nortear a definição das competências a serem desenvolvidas nos alunos do Curso, tanto por meio das disciplinas, quanto nas atividades de Imersão e Extensão.

Matriz de competências

| <p>COMPETÊNCIAS COGNITIVAS</p> <p>Relacionadas com a obtenção e o processamento de informações, e a construção do conhecimento</p> | <p>COMPETÊNCIAS COMUNICATIVAS E EMOCIONAIS</p> <p>Capacidades de comunicação oral e escrita, capacidade de ouvir e entender, de transmitir conhecimentos, e defender propostas</p> | <p>COMPETÊNCIAS ASSOCIATIVAS E COOPERATIVAS</p> <p>Capacidades interpessoais, de motivação e condução de metas em comum, compromisso com o meio sociocultural, além da capacidade de atuar em contextos diversos</p> | <p>COMPETÊNCIAS DE APRENDIZAGEM</p> <p>Capacidades de aprender e se atualizar, de internalizar conceitos e práticas, de auto-formação, autoaprendizagem</p> | <p>COMPETÊNCIAS CIDADÃS</p> <p>Capacidade de desenvolvimento de uma cultura de participação ativa, responsável e construtiva na busca do bem estar coletivo e do desenvolvimento do entorno profissional, educacional e social.</p> | <p>COMPETÊNCIAS TÉCNICAS</p> <p>Habilidades relacionadas a formação dos cursos de Administração pública, pactuadas na Resolução das Diretrizes Curriculares.</p> |
|---|---|---|--|--|---|
| <p>Capacidade de abstração, análise e síntese;</p> <p>Capacidade de aplicar os conhecimentos na prática;</p> <p>Capacidade de organizar</p> | <p>Capacidade de comunicação oral e escrita;</p> <p>Capacidade para utilizar as tecnologias de informação e comunicação;</p> | <p>Capacidade de trabalho em equipe;</p> <p>Capacidades Interpessoais;</p> <p>Capacidade de motivar e conduzir metas comuns;</p> | <p>Capacidade de aprender e se atualizar permanentemente;</p> <p>Capacidades para buscar, processar, analisar informações de diferentes fontes;</p> | <p>Habilidades para utilizar a linguagem, os símbolos e o texto de forma interativa;</p> <p>Capacidade para usar conhecimentos e a informação de forma interativa;</p> | <p>Capacidade para reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público;</p> <p>Capacidade de apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;</p> |

| | | | | | |
|--|---|---|---|---|--|
| e planejar o tempo; Capacidade de priorizar tarefas; Capacidade de internalizar os conhecimentos da área de estudo e da profissão; | Capacidade de ouvir e entender os outros; Capacidade para transmitir conhecimentos; Capacidade para falar em público; | Compromisso com a preservação do meio ambiente; Compromisso com o meio sociocultural; Valorização e respeito pela diversidade e multiculturalidade; | Capacidade de internalizar conceitos e práticas; Capacidade de auto formação; Capacidade de autoaprendizagem; | Habilidades de se relacionar com os demais; Habilidade de gerir ou resolver conflitos; Habilidade de afirmar direitos, interesses, limites e necessidades próprios; | Capacidade de desenvolver <i>ethos</i> republicano e democrático em sua atuação Habilidade para participar do ciclo das políticas públicas; Capacidade de desenvolver raciocínio lógico sobre políticas públicas e gestão governamental; |
| Responsabilidade social e compromisso cidadão; | Capacidade de argumentação e defesa de propostas; | Habilidades para atuar em contextos diversos. | Capacidade de crítica e autocrítica/ aprendizagem pelo erro. | Habilidades de cooperação em atividades em grupo; | Capacidade de desenvolver raciocínio crítico sobre políticas públicas e gestão governamental; |
| Capacidade de crítica e autocrítica; | Capacidade de convencimento; | Multifuncionalidade. | Dinamismo; | Habilidade de formar e conduzir planos de vida e projetos sociais; | Capacidade de desenvolver raciocínio analítico sobre |
| Capacidade de atuar em novas situações; | Capacidade de saber lidar com a frustração/sucesso. | | Adaptabilidade/flexibilidade. | Habilidade de utilizar a tecnologia de forma | |
| Capacidade criativa; | | | | | |

| | | | | | |
|---|--|--|--|---|---|
| Capacidade de identificar e resolver problemas. | | | | interativa; Habilidade de tempo de resposta; Agilidade. | políticas públicas e gestão governamental; Capacidade de identificar riscos. |
|---|--|--|--|---|---|

Estágio Extracurricular e Estágio Curricular Supervisionado

Como o Csap destina-se à formação de profissionais para ingresso no cargo da carreira de EPPGG, a preocupação da Escola de Governo com o desenvolvimento de atividades práticas é permanente. Por isso mesmo os alunos são estimulados a participarem, desde o início do curso, de estágios extracurriculares em órgãos públicos. Tal procedimento tem se revelado muito útil para propiciar aos alunos uma inserção na realidade à qual se integram como servidores públicos estaduais.

Para tanto, a Fundação João Pinheiro, por intermédio da Escola de Governo, e como parte interveniente das relações de estágios dos alunos do Csap, mantém diversos Convênios de Cooperação Técnica com órgãos e entidades públicos de modo a possibilitar a realização dos estágios ao longo do curso.

Atualmente os seguintes órgãos, entidades e empresas possuem convênios vigentes: Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH); Agência de Integração Empresa Escola (AGIEL); Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG); Auditoria-Geral do Estado (AUGE); Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG); Centro de Integração Empresa Escola de Minas Gerais (CIEE); Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; Departamento de Estradas de Rodagem (DER); Escola de Saúde Pública (ESP); Fundação Ezequiel Dias (FUNED); Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG); Fundação João Pinheiro (FJP); Fundação Nacional da Saúde (FUNASA); Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades (IPGC) Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG); Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais (ITER); Instituto de Desenvolvimento Gerencial S/A (FALCONI); Instituto Euvaldo Lopes (IEL); Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH); Polícia Federal (PF); Polícia Rodoviária Federal (PRF); Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (SECCRI); Secretaria de Estado de Ciência Tecnologia e Ensino Superior (SECTES); Secretaria de Estado de Cultura (SEC); Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS); Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas

(SEDINOR/IDENE); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Secretaria de Estado de Educação (SEE); Secretaria de Estado de Esportes (SEEJ); Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Secretaria de Estado de Saúde (SES); Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE); Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (SETOP); Secretaria de Estado de Turismo (SETUR); e Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA) – Fundação Estadual do meio Ambiente (FEAM), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).

Além dessa modalidade de Estágio Extracurricular, tem-se o Estágio Curricular Supervisionado que contabiliza 500 (quinhentas) horas, sendo cumpridas, a partir do sétimo período, 250 (duzentas e cinquenta) horas nos órgãos que compõem a estrutura da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

O Estágio Curricular Supervisionado I deve ser realizado no mesmo período das disciplinas Metodologia de Pesquisa e Integração e Desenvolvimento Profissional I. O Estágio Curricular Supervisionado II deve ser realizado no mesmo período da disciplina Integração e Desenvolvimento Profissional II.

Todo o processo de alocação dos alunos do Csap para o Estágio Curricular Supervisionado é conduzido pelo Núcleo de Gestão da Carreira de EPPGG, da Seplag, de acordo com o perfil de cada um e as necessidades, demandas prioritárias e estratégias do Governo, conforme estabelece o Decreto Estadual nº. 45.600/2011 em seu art. 3º. Sendo que, em resumo, o processo de alocação dos alunos para os Estágios Curriculares Supervisionados ocorre da seguinte forma:

- Aplicação de testes psicológicos e jogos empresariais, para traçar o perfil de cada aluno;
- Realização de entrevista comportamental com cada aluno;
- Participação dos alunos em oficina conduzida pelo Núcleo de Gestão da Carreira de EPPGG, da Seplag, e com participação da Coordenação do Csap, para avaliação do perfil comportamental de cada aluno;

- Acompanhamento presencial, por parte da Coordenação do Csap e da Diretoria-Geral da Escola de Governo, da apresentação dos resultados do levantamento de perfil psicológico e comportamental individual de cada aluno, para a efetiva alocação dos mesmos.

Durante a realização do Estágio Curricular Supervisionado I, e ao longo das Disciplinas Metodologia de Pesquisa e Integração e Desenvolvimento Profissional I, o aluno elabora um Projeto que será a base para o Trabalho de Conclusão de Curso a ser elaborado durante a realização do Estágio Curricular Supervisionado II e da Disciplina Integração e Desenvolvimento Profissional II.

Trabalho de Conclusão do Curso

O Trabalho de Conclusão do Curso, elaborado obrigatoriamente durante o último período do curso e sob a modalidade de Monografia, é apresentado no Seminário de Conclusão de Curso perante uma banca de avaliação, do qual participam os alunos envolvidos e orientadores dos trabalhos, além de 2 (dois) professores avaliadores indicados pelo Colegiado do Csap.

Na elaboração propriamente dita do Trabalho de Conclusão do Curso, os alunos são acompanhados pelos Tutores do Estágio Curricular Supervisionado e pelos professores orientadores dos trabalhos.

Os temas dos Trabalhos de Conclusão do Curso orienta-se, preferencialmente, guardar relação com o local e órgão onde o aluno realiza o Estágio Curricular Supervisionado. Quanto à orientação dos Trabalhos de Conclusão do Curso, a preferência é dos professores e pesquisadores da Escola de Governo e da Fundação João Pinheiro, por atuarem nas diversas áreas e projetos do Estado de Minas Gerais, contando, portanto, com o perfil adequado para orientar metodologicamente e em termos de conteúdo.

O resultado do Trabalho de Conclusão de Curso do aluno do Csap será apurado por meio dos conceitos “APTO” ou “INAPTO”. O aluno que tiver o conceito de “INAPTO”, poderá ou ser reprovado diretamente ou realizar exame especial, conforme definição da banca de avaliação, ocasião na qual deverá corrigir os pontos apontados e submeter o trabalho para nova apreciação pelos avaliadores e orientador.

Atividades Complementares de Graduação

As Atividades Complementares de Graduação – ACGs constituem-se em um dos componentes da matriz curricular do Csap e visam o desenvolvimento, a avaliação e o reconhecimento de competências e conhecimentos adquiridos por meio de práticas opcionais, interdisciplinares, transversais e independentes, que contribuam para o enriquecimento da formação dos alunos.

As Atividades Complementares de Graduação podem ser desenvolvidas na forma de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme modalidades estabelecidas em regulamento próprio.

Atividades de Extensão

As atividades de extensão, que visam contribuir para a formação acadêmica e profissional dos alunos da Escola de Governo, têm a Gerência de Extensão e Relações Institucionais (Geri) da Escola de Governo como responsável por sua coordenação. Na concepção dos projetos ou programas de extensão busca-se conciliar as especificidades de um curso da área do campo de públicas, a política nacional de extensão (Forproex) e as atualizações deste Projeto Pedagógico ao longo dos anos. A extensão é pensada como caminho privilegiado para aproximar o estudante da complexidade da realidade social brasileira, conhecer um pouco os muitos desafios que os gestores enfrentam quando da concepção, implementação e avaliação de políticas públicas e na sua contribuição para formar cidadãos conscientes da sua responsabilidade social. A extensão na Escola de Governo segue cinco princípios gerais, a saber: compromisso com a comunidade; o valor da extensão está nos encontros e nas trocas; na extensão tudo é aprendido; a extensão traz sentido ao conhecimento e à formação dos seus estudantes; e a extensão é um exercício de alteridade. As atividades de extensão têm um papel fundamental na interação e aprendizado mútuo entre a universidade e outros setores da sociedade, possibilitando espaços de debate e reflexão crítica, que conduzam à prática e a formação acadêmica complementar de qualidade.

No ano de 2018, 175 estudantes do Csap participaram de pelo menos uma das ações de extensão.

Dentre as principais atividades de extensão desenvolvidas pela Escola de Governo, pode-se destacar:



A Consultoria Júnior em Administração Pública (João Pinheiro Jr.) é uma associação civil sem fins lucrativos, criada em 1998, pelos alunos do Csap, da Escola de Governo da FJP.

Desenvolvida em conformidade com o conceito de empresa júnior, a João Pinheiro Júnior presta serviços de consultoria, assessoria e elaboração de projetos nas diversas áreas da gestão pública, atuando junto a órgãos das esferas municipal, estadual e federal. Os objetivos são desenvolver profissionais capazes de contribuir para a melhoria da administração pública e proporcionar aprendizado e experiência extracurricular aos estudantes do curso de Administração Pública.

Dentre os clientes, estão órgãos públicos do governo do Estado de Minas Gerais, como as Secretarias de Estado, os Institutos e às Fundações, tais como a FJP, parceira certa, além de prefeituras e câmara municipais de Minas Gerais. Os projetos são executados e coordenados com a orientação e apoio de professores e profissionais da FJP, buscando sempre a excelência em atuação no setor público.

A Geri, com vistas a fortalecer a relação e a articulação entre a FJP, a Escola de Governo e a João Pinheiro Jr., é responsável por acompanhar e supervisionar permanentemente todas as ações e todos os projetos da João Pinheiro Jr., que, em suma, estão relacionados: ao mapeamento, pesquisa e diagnóstico de políticas públicas; à otimização de processos; à pesquisa de clima organizacional; ao planejamento estratégico; à construção de planos de cargos, carreiras e vencimentos; ao auxílio em treinamentos; à modernização da gestão pública de municípios; à aplicação e coleta de dados em pesquisas; bem como ao auxílio na elaboração de planos diretores. Desde 1998, mais de 770 alunos do Csap já fizeram parte da João Pinheiro Jr, colaborando para o seu crescimento e a sua institucionalização.



- **FICA ATIVO! CIDADANIA**

Por meio desse projeto, a Escola de Governo promove a interação dos estudantes do Csap com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de escolas públicas localizadas em áreas de vulnerabilidade social. São realizados encontros periódicos em que os universitários do Csap apresentam e dialogam com turmas de EJA temas que estimulam a reflexão sobre direitos individuais, sociais e cidadania, em seu sentido mais amplo, correlacionando-os à questão social e histórica em que estão inseridos.

Os temas debatidos são definidos a partir do levantamento dos assuntos significativos e de que sejam de interessada própria turma da EJA, priorizando aquelas temáticas que estimulam a discussão e a crítica, a partir de experiências compartilhadas. Os alunos da Escola de Governo são estimulados à autocrítica, a conscientização da importância do planejamento e organização e são expostos a situações de que exigem tomadas de decisão, ao mesmo tempo em que colaboram para que os estudantes da EJA possam se identificar como cidadãos capazes de atuar de maneira transformadora diante das contradições sociais.

O Fica Ativo! Cidadania, entre os anos de 2015 e 2018, já contou com a participação de 114 alunos do Csap, em atuação na Escola Municipal Dora Tomich Laender, atendendo em média 150 beneficiários por semestre, com idade entre 15 e 60 anos.



- **FICA ATIVO! REPENSAR**

Concebido para oferecer oficinas sobre temas ligados às artes, à cultura e à cidadania a jovens em situação de vulnerabilidade, esse projeto tem o objetivo de construir, em conjunto com os participantes, condições para o seu empoderamento por meio do fortalecimento dos laços comunitários e de ações coletivas em prol de direitos dos quais estão sendo privados.

Muitos temas são definidos durante dinâmicas realizadas com o público beneficiado pelo projeto, a intenção é identificar temas que são interessantes e significativos para os próprios alunos, priorizando aqueles temas que estimulam a discussão e a crítica a partir de experiências compartilhadas

O Fica Ativo! Repensar, entre os anos de 2015 e 2018, já contou com a participação de 77 alunos do Csap, em atuação nos bairros Jardim Felicidade e Ribeiro de Abreu



Organizado e gerenciado por meio de parceria entre o Núcleo Social da João Pinheiro Jr. e a GERI, o projeto consiste em um curso noturno anual preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Realizado na unidade da FJP na Avenida Brasil, o cursinho é oferecido de forma gratuita para alunos que cursaram o ensino fundamental e médio em escolas públicas. Com aulas e monitorias de diversas disciplinas ministradas de forma voluntária por estudantes do Csap, o curso tem o objetivo de promover a integração social e econômica de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social, ampliando suas chances de ingresso no ensino superior. Entre os anos de 2015 e 2018, 49 alunos do Csap participaram do projeto.



O Observatório de Políticas Públicas (OPP) foi idealizado para se constituir em um espaço para pesquisa e discussão de políticas públicas, com vistas a estimular a produção acadêmica e o debate dos graduandos acerca de temas predefinidos entre professores orientadores e alunos. Desenvolvido em grupos temáticos sob orientação de professores / pesquisadores da FJP, o projeto também estimula a publicação dos trabalhos acadêmicos resultantes da iniciativa. Entre os anos de 2015 e 2018, 162 alunos do Csap participaram do projeto.

- **SOCIEDADE DE DEBATES**

Voltado para o desenvolvimento da capacidade de pesquisa, retórica e argumentação como forma de ampliar a reflexão, a troca de informações e o respeito por diferentes posicionamentos, o projeto é realizado através de debates competitivos preferencialmente relacionados às políticas públicas e temas de relevância para a sociedade contemporânea. Suas regras foram construídas através do diálogo com a Sociedade Mineira de Debates. Cada encontro é formado por quatro duplas de debatedores e uma dupla de juízes. Entre os anos de 2015 e 2018, 50 alunos do Csap participaram do projeto.

- **JUVENTUDE CIDADÃ**

Realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Jardim Felicidade, em Belo Horizonte, o projeto contempla a população de jovens da região, faixa etária ainda não atendida pelo CRAS. Com a realização semanal de rodas de conversa e oficinas, o projeto busca atender 2 objetivos a saber: despertar nos jovens o interesse pela vida comunitária por meio da conscientização de direitos e deveres relativos ao pleno exercício da cidadania e atrair os jovens para conhecer os serviços oferecidos pelo CRAS. A partir de 2016 o projeto passou a ser realizado de forma conjunta com a escola pública do bairro, o que ampliou sua visibilidade e seu espaço de atuação. As atividades deste projeto foram realizadas entre o 1º semestre de 2016 e o 1º semestre de 2017 e contou com a participação de 26 alunos do Csap.

- **EMPRESA INCLUSIVA**

A Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese) tomou a iniciativa em 2017 de lançar a primeira edição do “Prêmio Mineiro Empresa Inclusiva para Trabalhadores com Deficiência”. Este prêmio pretende premiar as melhores práticas de inclusão de profissionais com deficiência no mundo do trabalho. A FJP foi consultada sobre a possibilidade de realização de um novo projeto de extensão identificado como empresa inclusiva em parceria com a Escola de Governo. Os alunos do Csap inscritos neste projeto apoiariam o desenvolvimento de instrumentos metodológicos e operacionais essenciais para a captação das informações necessárias para a construção da premiação, bem como acompanhar algumas atividades em campo.

Este projeto foi encerrado em de junho de 2018 e 5 alunos do Csap participaram na concepção e implementação do Prêmio.

- **OFICINA DE TEATRO**

O projeto tem como proposta oferecer aos alunos do Csap a oportunidade de desenvolver peças teatrais relacionadas a temas importantes na administração pública, como a cidadania. O teatro favorece a empatia, a oratória e a criatividade. Os alunos podem realizar apresentações na Escola de Governo no final de cada semestre. Surgiu por iniciativa dos alunos do Csap, e até o 1º semestre de 2018, 22 alunos do Csap já participaram.

- **2º CHANCE – EDUCAR**

Voltado para pessoas privadas de liberdade (PPL), o projeto oferece um curso intensivo preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e para o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) em presídios da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Com duração aproximada de quatro meses, sempre no segundo semestre do ano, o curso é organizado e executado pela Geri da Escola de Governo/FJP, pelo Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas) e pela Secretaria de Estado de Administração Prisional (Seap), em parceria com a direção dos presídios beneficiados pelo projeto. A iniciativa visa contribuir para que pessoas privadas de liberdade consigam aprovação em instituições de ensino superior ou certificação de conclusão de ensino médio, possibilitando, em alguns casos, a oportunidade de remissão de pena para os detentos participantes. Entre os anos de 2015 e 2016, 39 alunos do Csap participaram do projeto, que ocorreu no presídio masculino Dutra Ladeira bem como no presídio feminino José Abranches Gonçalves.

- **2º CHANCE – RODAS DE LEITURA**

O projeto é desenvolvido em parceria com o Serviço Voluntário de Assistência Social (Servas), Secretaria de Estado de Administração Prisional (Seap) e Escola de Governo da FJP. Tem como proposta incentivar o hábito da leitura e a realização de resenhas. Os presos participantes têm o apoio de alunos voluntários do Csap na interpretação dos livros e escrita de resenhas. A leitura e resenha dos livros indicados

permite a remissão de pena. Em 2017 o projeto foi realizado no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, com a participação de 4 alunos do Csap.

Atividades de Imersão

Por decisão do Colegiado do curso, a composição da carga horária obrigatória do Csap foi acrescida de 60 (sessenta) horas destinadas à realização de atividades de imersão. Tais atividades objetivam levar o aluno do Csap a conhecer *in loco* a diversidade da realidade brasileira, seja em nível sub-nacional ou federal. A principal finalidade dessas atividades consiste em fazer com que os alunos desenvolvam capacidade de reflexão crítica sobre a experiência obtida durante o período de observação e atuação nas regiões visitadas. Pretende-se ainda favorecer o conhecimento prático de técnicas de gestão adotadas em regiões e contextos variados e ainda possibilitar a atitudes colaborativas por parte dos alunos do curso, além da troca de experiências entre os envolvidos.

O conceito de “imersão” é utilizado quando o estudante universitário, a partir de um projeto pedagógico correlacionado ao seu processo de formação, se distancia de sua região de estudo, deslocando-se para uma localidade distante com o objetivo de compreender uma nova realidade. Os projetos de imersão são desenvolvidos em conformidade com a metodologia de pesquisa/ação, na qual os estudantes atuam e, ao mesmo tempo, aprendem em conjunto com a população local por meio da troca de experiências, ampliando, assim, seus conhecimentos acadêmicos, questionando/ratificando/retificando-os em confrontação com uma realidade específica.

As Atividades de Imersão são organizadas e/ou intermediadas pela Geri da Escola de Governo e já foram contemplados 46 municípios mineiros.

Algumas das atividades de imersão que podem ser desenvolvidas pelos alunos do Csap estão abaixo destacadas:

- **PROJETO RONDON**

Projeto do Governo Federal sob coordenação do Ministério da Defesa (MD), o Rondon tem o objetivo de levar estudantes de Instituições de Ensino Superior (IES) a comunidades do interior do país para desenvolver ações voltadas para a construção e promoção da cidadania e para iniciativas de desenvolvimento local sustentável. As regiões

prioritárias de atuação do projeto são aquelas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e exclusão social, além de áreas isoladas do território nacional que necessitem de maior aporte de bens e serviços.

O projeto busca também consolidar o sentido de responsabilidade social e cidadania nos universitários brasileiros por meio de experiências práticas de convívio e atuação em municípios com diferentes realidades das diversas regiões do país.

Por meio de participação nos Editais do projeto, a presença dos estudantes da Fundação João Pinheiro nas operações do Rondon acontece desde 2006, de forma voluntária, e se destaca pelo foco das ações no âmbito da administração pública, especialmente aquelas que gerem benefícios permanentes para as comunidades.

Nesse contexto, as equipes da FJP atuam junto a lideranças comunitárias, funcionários da administração municipal e sociedade civil organizada por meio da promoção de cursos, oficinas, palestras e outras ações que contemplem temas como o acesso a programas/financiamentos do governo Federal, procedimentos para licitações, microcrédito e associativismo, entre outros.

Na Escola de Governo, desde o ano de 2006, 36 equipes tiveram seus projetos aceitos pelo Ministério da Defesa. Isso significou a participação de 264 alunos do Csap, com atuação em todas as regiões do Brasil, especificamente nas seguintes cidades e Estados: Tarauacá e Brasiléia, no Acre; Atalaia, em Alagoas; Laranjal do Jari e Mazagão, no Amapá; Anori e Urucará, no Amazonas; Retirolândia e Jaguarari, na Bahia; Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo; Chapadão do Céu, em Goiás; Humberto de Campos e Ribamar Fiquene, no Maranhão; Brasília de Minas e Capelinha, em Minas Gerais; Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso; Pedro II, Castelo dos Sonhos, São Francisco do Pará, Soure, Vigia e Altamira, no Pará; Alagoa Grande e Caaporã, na Paraíba; Granito, em Pernambuco; São Pedro do Piauí, no Piauí; Jaçanã, no Rio Grande do Norte; Mostardas, no Rio Grande do Sul; Bonfim, em Roraima; Poço Redondo em Sergipe; Caseara e Cristalândia, no Tocantins.

- **10ENVOLVER**

Realizado em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais nos municípios mineiros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o 10Envolver tem o objetivo de, em parceria com as populações locais, fortalecer os laços sociais, incrementar o trabalho das associações, promover o controle social e estimular a cidadania participativa.

As viagens ocorrem em janeiro, julho ou dezembro e, geralmente, são selecionados 8 (oito)alunos do Csap para participar das atividades. Por duas semanas, os estudantes desenvolvem as atividades previstas em um plano de trabalho elaborado em conjunto pela Geri da Escola de Governo/FJP e o Ministério Público de Minas Gerais nos municípios contemplados.

A primeira ação em conjunto com o MPMG aconteceu em janeiro de 2016, no município de Crisólita, e até julho de 2018, 72 alunos do Csap já visitaram 9 municípios mineiros.

- **PRINAGEM**

Programa de imersão iniciado em julho de 2016, o Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal – Prinagem envia estudantes do Csap para atuarem em municípios do interior de Minas Gerais pelo período de um mês. O objetivo central é propiciar a esses alunos vivência junto às administrações públicas municipais, atuando em áreas de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de projetos. De acordo com a oportunidade e conveniência do município, participam de cada módulo do projeto até 3 alunos.

Entre julho de 2016 e julho de 2018, 90 alunos do Csap desenvolveram atividades em 37 municípios de Minas Gerais, conforme figura abaixo:

Figura 1 – Municípios mineiros que receberam o Prinagem

Csaps para Chile, Itália, França e Taiwan e também para a Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

Atualmente são 7 (sete) os convênios vigentes, sendo eles: Université Picardie Jules Verne, na França; Università Degli Studi di Roma “Tor Vergata” e Università Degli Studi di Torino, ambas na Itália; National Chengchi University – NCCU, em Taiwan; Universidad de Chile – UCHILE e Universidad de Santiago de Chile – USACH, ambas no Chile, e Fundação Getúlio Vargas – FGV, Brasil.

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DISCENTE

Como o Csap faz parte do Concurso Público que visa o ingresso na carreira de EPPGG do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, os mecanismos de avaliação dos alunos e as notas por eles obtidas integram o concurso público, daí a natureza especial de todo esse processo.

Os critérios de avaliação por disciplina do Csap estão determinados tanto no Regimento Interno da Escola de Governo quanto no Regulamento do Curso. A verificação do rendimento escolar será feita por disciplina, abrangendo aspectos de frequência às aulas e aproveitamento, entendido como o resultado de avaliação do aluno nas atividades desenvolvidas na disciplina:

- Entende-se por frequência o comparecimento às atividades didáticas de cada disciplina, exigindo-se, para aprovação, o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de comparecimento, vedado o abono de faltas, nos termos do disposto na Resolução do Conselho Federal de Educação (CFE) nº. 04, de 16 de setembro de 1986, e na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), bem como no Regimento Interno da Escola de Governo. O controle da frequência é realizado pelo professor responsável pela disciplina, por meio de chamada oral. No caso das horas referentes ao Estágio Curricular Supervisionado I e II, realizadas nos órgãos e entidades que compõem a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, o controle da frequência é realizado pelo Tutor do Estágio por meio de controles administrativos semelhantes aos utilizados para os servidores regulares do órgão.
- Entende-se por aproveitamento o resultado mínimo de 60,0 (sessenta) pontos de avaliação do aluno nas atividades desenvolvidas na disciplina.

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DOCENTE

São realizados semestralmente levantamentos de opinião dos alunos a respeito dos aspectos didático-pedagógicos e de operação institucional do Csap. Sendo estas informações tabuladas e informadas aos professores interessados e ao Colegiado do Csap.

A título de exemplo, tem-se as dimensões investigadas nas últimas avaliações:

- Gestão do Curso:
 - Disponibilidade e Atuação da Coordenação do Curso
 - Disponibilidade e Atuação da Coordenação de Estágio e Atividades Complementares de Graduação
 - Atuação da Secretaria de Registro e Controle Acadêmico da Escola de Governo
 - Atuação da Secretaria Geral da Escola de Governo
 - Instalações físicas da Escola de Governo (banheiros, laboratórios, etc.)
 - Infraestrutura das salas de aula da Escola de Governo
 - Acervo e Serviços prestados pela Biblioteca da Fundação João Pinheiro
 - Serviços terceirizados da Escola de Governo (reprografia e restaurante)
 - Clareza quanto às regras e aos procedimentos da Escola de Governo
- Disciplinas Ofertadas e Atuação dos Professores:
 - Transmissão de conhecimento
 - Clareza de exposição
 - Metodologia de avaliação utilizada
 - Assiduidade e pontualidade
 - Adequação da bibliografia indicada
 - Cumprimento do programa proposto
 - Relacionamento com os alunos
 - Contribuição para a aprendizagem dos alunos
 - Disponibilidade fora da sala de aula
 - Cortesia e Educação
 - Auto-avaliação do aluno quanto ao seu envolvimento, compromisso e assiduidade com as disciplinas cursadas
 - Interesse em cursar/fazer outra disciplina/atividade com o professor
 - Indicação a disciplina/atividade do professor a outros alunos

Novas tecnologias e inovações didático-pedagógicas

Considera-se prática pedagógica inovadora aquela que incentiva os alunos a desenvolverem uma percepção crítica da realidade, ultrapassando dessa forma a tradicional relação de transmissão mecânica de conhecimentos, na qual o aluno nada mais é do que um receptáculo de um saber supostamente consolidado. A prática inovadora, ao contrário, resgata a dimensão criativa do processo de conhecimento e considera o aluno um agente ativo na produção do saber.

Além das aulas expositivas, o corpo docente e discente do Csap, em conjunto com a Coordenação do Csap e a Direção da Escola de Governo, geralmente utilizam outros métodos para abordar os conteúdos propostos nas disciplinas, destacando-se, entre outros, palestras de profissionais que atuam na respectiva área de conhecimento, práticas de jogos disciplinares e simulados, torneios de debates sobre temáticas de grande relevância social e política e práticas públicas que incentivam a prática acadêmica e profissional.

Tal procedimento mostra-se enriquecedor, uma vez que proporciona aos alunos a possibilidade do contato com pontos de vista variados acerca dos temas discutidos nas disciplinas. Além de criar oportunidade de discussão entre os alunos e pessoas que possuem experiência profissional na área, com o objetivo de desenvolver habilidades de oratória, de retórica e de argumentação, bem como de também estabelecer uma postura ética, respeitosa e digna por parte dos alunos do Csap.

A adoção de práticas pedagógicas inovadoras encontra também no próprio processo de avaliação do desempenho dos alunos um espaço em que pode ser exercitada. O professor terá sempre a possibilidade de fazer, além de uma avaliação baseada na tradicional forma de teste individual, outros tipos de trabalhos que permitam ao aluno exercitar a sua criatividade.

Alguns exemplos de práticas avaliativas inovadoras que poderiam ser citadas seriam: a aplicação de avaliações em plataformas virtuais, como blogs, nas quais os alunos interagem entre si acerca de determinado tema e questionamento, comentando os apontamentos e as respostas uns dos outros; e também a prática do Júri Simulado, idealizado para que todos os alunos interajam sobre determinado tema da disciplina, alguns

em defesa de determinado ponto de vista e outros em refutação, outros como mediadores e testemunhas, e outros como membros do júri e juízes, de modo a incentivar e a desenvolver nos alunos as habilidades de análise crítica e de argumentação sobre qualquer tema e ponto de vista.

O Csap está direcionado para a formação de profissionais para a carreira de EPPGG, fato que orienta o enfoque público adotado no curso pela Escola de Governo. Esse fato não impede, entretanto que práticas da organização privada sejam estudadas, para que, ao analisar aspectos de duas realidades específicas, possa o aluno compará-las e, se for o caso, até mesmo aplicar técnicas e ideias de uma e outra, se for conveniente.

A ênfase em Administração Pública também determina que os trabalhos devem proporcionar aos alunos a chance de manter um maior contato, no ambiente externo, com outros órgãos públicos. Isso ocorre por meio de visitas técnicas guiadas e realizadas ao longo das disciplinas do Csap e de outras formas de imersão acadêmica. Ao longo do curso os alunos podem assistir a seminários relevantes, promovidos pela Fundação João Pinheiro ou pela Escola de Governo, muitas vezes em parceria com Secretarias, Ministérios e Instituições Internacionais.

Essas práticas podem ser compreendidas a partir de uma perspectiva que privilegia a busca da eficácia e eficiência nas ações do governo e dentro de seu objetivo maior: a construção de uma sociedade democrática e justa. Dentro dessas premissas, as práticas pedagógicas adotadas na Escola de Governo devem ser flexíveis, para que possam melhor se adequar à realidade dinâmica do processo de aprendizagem e de vivência em sociedade.

COORDENAÇÃO

Coordenadora: Kamila Pagel de Oliveira

Titulação: Doutora em Administração

Regime de Contratação: Estatutário efetivo, tempo integral.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, em exercício na Fundação João Pinheiro desde 2010;

Docente no ensino superior desde 2009.

Subcoordenador:

Titulação:

Regime de Contratação:

Experiência Acadêmica e Profissional:

Equipe:

Bárbara Barbosa Dias dos Anjos.

Raphaella Aragão Vieira.

Eliane Aleixo Gomes de Araújo.

Lília Dantas Gonçalves (Estagiária).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Área Temática: Fundamentos Quantitativos

MATEMÁTICA: 60 horas/aula

Ementa: Funções: conceitos e definições básicas. Funções exponenciais e logarítmicas. Regras para diferenciação. Funções compostas e a regra da cadeia. Derivadas parciais. Otimização (máximos e mínimos). Otimização com restrição. Integrais e o teorema fundamental do cálculo.

Bibliografia Básica:

MORETTIN, Pedro, HAZZAN, Samuel, BUSSAB, Wilton. Cálculo funções de uma e várias variáveis. São Paulo: Saraiva, 2003.

SIMON, Carl P., BLUME, Lawrence. Matemática para economistas. Porto Alegre: Bookman, 2004

CHIANG, Alpha. Matemática para economistas. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

ESTATÍSTICA: 60 horas/aula

Ementa: Séries estatísticas. Medidas de posição, dispersão e assimetria. Correlação e análise de regressão. Introdução à probabilidade. Distribuições mais utilizadas. Inferência e testes de hipóteses.

Bibliografia Básica:

DOANE, David P. SEWARD, Lori E. Estatística Aplicada a Administração e Economia. Quarta Edição. Artmed, 2014

MOORE, David S. A estatística básica e sua prática. Rio de Janeiro, LTC, 2014.

STEVENSON, William J. Estatística Aplicada à Administração. Edição 2001. São Paulo.: Harbra, 1981.

MATEMÁTICA FINANCEIRA: 30 horas/Aula

Ementa: Sistemas de capitalização simples e composta. Desconto e valor presente. Taxas de juros nominais e reais. Rendas constantes na capitalização composta. Amortização de empréstimos. Técnicas de análise de investimentos.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre.. Matemática financeira e suas aplicações. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PUCCINI, Abelardo de Lima.. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

VIEIRA SOBRINHO, José Dultra.. Matemática Financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Área Temática: Finanças, Orçamento e Controle

INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE: 30 horas/aula

Ementa: Conceito, objeto; objetivo fundamental e finalidade da contabilidade; a informação contábil e suas características básicas; A contabilidade como ferramenta para tomada de decisão; Conversão as Normas Internacionais de Contabilidade; Contabilidade Gerencial X Financeira; Princípios Contábeis. Estática patrimonial: conceituação do patrimônio sob a ótica contábil e seus elementos constitutivos; configurações patrimoniais; equação fundamental. Dinâmica patrimonial: fatos contábeis e sua classificação: variações patrimoniais. Livros contábeis: Razão e Diário. Registros contábeis básicos: conta, sua conceituação, natureza, função e classificação; Plano de contas; Registros contábeis pelo método das partidas dobradas; registro de operações com mercadorias (noções básicas); Balancete de verificação; apuração de resultado. Balanço Patrimonial (elaboração) e outros demonstrativos contábeis.

Bibliografia Básica:

LDICIBUS, S.; MARION, J.C. Contabilidade comercial: atualizado conforme lei n.11635/07 e MP n.449/08. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, O. M. Contabilidade básica fácil. São Paulo: Saraiva, 2012.

RIBEIRO, O.M. Contabilidade fundamental: atualizado conforme as Leis n.11.638/2007 e n.11.941/2009 e NBCS TGS convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade IFRS. 4 ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

CONTABILIDADE PÚBLICA: 60 horas/aula

Ementa: Contabilidade Pública: conceito importância, objetivos, campo de aplicação, requisitos fundamentais e características. O novo contexto da Contabilidade Pública e a conversão às normas internacionais; Princípios contábeis aplicados à administração pública; Atos administrativos e fatos contábeis na administração pública. Ordenador de despesas. Patrimônio público sob a ótica da contabilidade pública: conceito e classificação; aspectos qualitativo e quantitativo; variações patrimoniais no setor público; depreciação, amortização e exaustão no setor público. Exercício financeiro e regime contábil na administração pública para as receitas e despesas públicas; regime orçamentário e regime patrimonial. Sistema de informações contábeis na administração pública: subsistema orçamentário; subsistema patrimonial; subsistema de compensação; subsistema de custos. Registros contábeis: plano de contas e sua estruturação; procedimentos para registro das receitas e despesas públicas e de fatos contábeis na administração pública; balancetes de verificação. Operações e registros para encerramento de exercício e apuração do resultado. Balanços orçamentário, financeiro e patrimonial e outros demonstrativos contábeis na administração pública. Indicadores de Desempenho nas demonstrações públicas.

Bibliografia Básica:

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 13. ed. - São Paulo: Atlas, 2013.

SLONSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSAS B/ifa/c/cf. 3.ed. -São Paulo: Atlas,2013

Cruz, Flávio da; CICCARI JUNIOR, Adalto. Lei de responsabilidade fiscal comentada. São Paulo: Atlas, 2011.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA: 60 horas/aula

Ementa: Classificações Gerais; Receitas e despesas; Planejamento e Orçamentação; O Processo orçamentário público; A elaboração e execução do orçamento; Controle da execução do orçamento. Processo orçamentário em Minas Gerais.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. Atlas, São Paulo, 16ª ed., 2012.

MARTINS DA SILVA, LINO. Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. Atlas, São Paulo.

CONTROLE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 60 horas/aula

Ementa: Tipos de Controle. Princípios Específicos de Controle. Rumos do Controle no Estado Democrático de Direito. O Controle Interno e o Controle Externo. O Controle exercido pelos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo. O controle exercido pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas. O Controle Social e sua relevância para o Estado Democrático de Direito. O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas. A Auditoria e sua relação com o Controle.

Bibliografia Básica:

BUGARIN, Paulo Soares. O princípio constitucional da economicidade na jurisprudência do Tribunal de Contas da União. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. 27.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Curso de Direito Administrativo. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FINANÇAS PÚBLICAS: 60 horas/aula

Ementa: Problemas envolvidos na gestão das finanças públicas. Estado e produção de bens públicos, financiamento das atividades governamentais (instrumentos da política fiscal, dívida pública, déficit e financiamento); federalismo fiscal e relações intergovernamentais. Tributação.

Bibliografia Básica:

REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 2ª edição. São Paulo. Editora Atlas, 2007.

GIAMBIAGI, F. e ALÉM, Ana Cláudia. Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 1999. Cap. 21

Área Temática: Administração

TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO: 60 horas/aula

Ementa: A Administração como Ciência Social Aplicada. Gênese das organizações. Abordagem clássica. Abordagem humanística. Abordagem burocrática. Abordagem sistêmica. Abordagem contingencial. A administração contemporânea: novas formas de organização do trabalho.; estratégias organizacionais, cultura e mudança organizacional. Tendências recentes em teoria da administração.

Bibliografia Básica:

FAYOL, Henri. Administração geral e industrial. São Paulo: Atlas, 2012.

MAXIMIANO, Antônio C. A. Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à digital. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2012.

TAYLOR, Frederic W. Princípios da Administração Científica. São Paulo: Atlas, 2012.

INFORMÁTICA APLICADA À GESTÃO PÚBLICA: 30 horas/aula

Ementa: Utilização de ferramentas de Tecnologia da Informação como base para construção de relatórios executivos/gerenciais como suporte aos processos decisórios que permeiam as instituições, com foco nas organizações públicas. A lógica, construção/concepção e o gerenciamento de banco de dados e sua interface com ferramentas avançadas do MS-Excel – Tabela Dinâmica/Macros/VBA – para análise de dados e transformação destes em informações estratégicas com ênfase no contexto da Administração Pública.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas Excel . São Paulo: Atlas, 2010. 3. ed.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

JELLEN, Bill & SYRSTAD, Tracy. Macros e VBA para Microsoft Excel. Campus. 2004.

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Métodos e ferramentas para gestão de inteligência e do conhecimento. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 205-215, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/tecnologia/revistas/artigos/200104mg/art05raimundo.pdf>>. Acesso em abril de 2012.

SILVA, Max Melquiades. Informática aplicada à gestão pública. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho, 2015. Apostila.

TORRES, Gustavo da Gama. A empresa publica de informática e informação: modelo de gestão e papel. IP Informática Publica, Belo Horizonte, v.2, n.1, p. p. 9-19, maio 2000. Disponível em: http://www.ip.pbh.gov.br/ANO2_N1_PDF/ip0201torres.pdf. Acesso em dezembro de 2015.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. Revista Ciência Inf., Belo Horizonte, vol. 29, nº. 2, p.71-77, Ago 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

GESTÃO DE PROCESSOS E ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS: 60 horas/aula

Ementa: Estudo da estrutura das organizações públicas. Análise dos seus sistemas funcionais nas dimensões estrutural e processual. Estudo de conceitos e técnicas de organização, visando a otimização do processo gerencial, com ênfase nos processos da administração pública. Desenvolvimento de habilidades de análise para diagnóstico e formulação de processos e estruturas organizacionais. Adequação de estruturas e métodos de trabalho voltados para as demandas dos ambientes interno e externo. Estruturas Organizacionais, Departamentalização, Gestão de Processos, Rotinas, Fluxogramas, Formulários, Arranjo Físico, aplicados à administração pública.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Luis César. Gestão de processos: melhores resultados e excelência organizacional. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Administração de Processos: conceitos, metodologias, práticas. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. Sistemas, Organização e Métodos - uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2003.

PAVANI JÚNIOR, Orlando; SCUCUGLIA, Rafael. Mapeamento e gestão por processos – BPM. São Paulo: M.Books Editora, 2011.

SORDI, José Osvaldo de. Gestão por processos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOGÍSTICA NO SETOR PÚBLICO: 60 horas/aula

Ementa: Visão Sistêmica em Logística e Cadeias de Suprimentos. O desenvolvimento histórico da logística e perspectivas. Logística Privada e Logística Pública. A Administração de Materiais: metodologias de gestão; análise de custos e possibilidades de inovação, compras, compras públicas, legislação; Planejamento organizacional e a interface com a logística; Temas especiais de logística.

Bibliografia Básica:

DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: uma abordagem logística. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1993.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2001

POZO, Hamilton. Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2010

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros, 2012

GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: 60 horas/aula

Ementa: Tendências e desafios da gestão de pessoas no setor público. Subsistemas de gestão de pessoas: provisão, desenvolvimento, desempenho, compensação, relações humanas e sociais. Políticas e práticas inovadoras de gestão de pessoas no setor público. Políticas e práticas de gestão de pessoas no Estado de Minas Gerais.

Bibliografia Básica:

GAULEJAC, Vincent de. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Idéias e Letras, 2007. 344 p.

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

DUTRA, Joel Souza. Gestão de pessoas: modelos, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2002

MARCONI, N. Políticas Integradas de Recursos Humanos para o setor Público. Disponível em <http://www.top.org.ar/Publicac.htm>. Acesso em 15/10/2008.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E GOVERNANÇA ELETRÔNICA: 60 horas/aula

Ementa: Informação e gestão organizacional. Processo decisório e características da informação. Inteligência organizacional. Gestão da informação: o ciclo de gerenciamento de informação. Sistemas de Informação Gerenciais. Sistemas de Gestão Integrada. Estudo de processos de implantação de sistemas e engenharia de software. Perspectivas da gestão de informações no setor público. Informação, cidadania e democracia. Experiências de governo eletrônico no setor público. Transparência e acesso à informação.

Bibliografia Básica:

CASTELLS, Manuel. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura : A sociedade em rede. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. v.1.

CHOO, C. W. Organização do conhecimento. São Paulo: Senac, 2004.

LAUDON, Keneth C; LAUDON, Jane P. Sistemas de informações gerenciais: administrando a empresa digital. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MCGEE, James V.; PRUSAK, Laurence. Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. 14. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004. xviii, 244p.

GESTÃO DE PROJETOS: 60 horas/aula

Ementa: Administração de projetos no setor público. Gestão de projetos e o ciclo de políticas públicas. Desenvolvimento do projeto; as áreas e processos de gerenciamento de projetos; ciclo de vida de projetos. A análise do portfólio de projetos. O gerenciamento da interface de Programas. Escritório de Projetos.

Bibliografia Básica:

PFEIFFER, Peter. Gerenciamento de Projetos de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

RABECHINI JÚNIOR, R. e CARVALHO M.M. Fundamentos em Gestão de Projetos: Construindo competências para gerenciar projetos. São Paulo. Atlas, 2011

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. Administração de projetos: como transformar idéias em resultados. São Paulo: Atlas, 2002.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL: 60 horas/aula

Ementa: Conceitos básicos da Psicologia Organizacional e sua relação com a teoria e a prática da administração. Técnicas de chefia, liderança e negociação. Saúde Mental e Trabalho. Assédio Moral no Trabalho. Preconceito e Diversidade nas Organizações.

Bibliografia Básica:

BOCK, A M; FURTADO, O ; TEIXEIRA, M^a L. Psicologias: Uma Introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

ROBBINS, Stephen Paul. Comportamento organizacional. 11.2 Ed.– São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

TORRES, Cláudio Vaz, NEIVA, Elaine Rabelo. PSICOLOGIA SOCIAL: principais temas e vertentes. Porto Alegre: Armed, 2011.

Área Temática: Gestão Pública

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: 60 horas/Aula

Ementa: A história do pensamento sobre administração pública. O modelo burocrático e sua crise. Reforma do Estado e introdução de mecanismos do setor privado na administração pública. Princípios da Nova Gestão Pública. As limitações destas inovações e as especificidades do setor público. Inovações e tendências recentes em uma perspectiva comparada. As reformas administrativas no Brasil. Iniciativas de Reforma em Minas Gerais.

Bibliografia Básica:

L.C.Bresser e SPINK, Peter. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Brasília: ENAP, 1995

PAULA, A.P.P. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. São Paulo: FGV Editora, 2005.p.135-151.

LOUREIRO, Maria Rita (org); ABRUCIO, Fernando Luiz (org); PACHECO, Regina Sílvia (org). Burocracia e Política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2010

POLÍTICAS PÚBLICAS: 60 horas/aula

Ementa: As políticas públicas e a relação entre ação governamental e processos políticos. Teorias, modelos e conceitos de análise das políticas públicas. Ação governamental e o ciclo de políticas. Teorias da implementação. Utilização de modelos na análise de políticas públicas.

Bibliografia Básica:

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Intervenção com foco nos resultados: elementos para o desenho e avaliação de projetos sociais In: CARNEIRO, Carla B. L COSTA, Bruno L. D.. Gestão Social: o que há de novo?. v2. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil: Conceitos, Fontes de dados e Aplicações. Ed. Alínea. Campinas - SP. 2006.

BRASIL, Flavia de Paula Duque. A participação cidadã nas políticas sociais e na gestão de programas e projetos: potências e desafios. In: Fahel, Murilo (Org.); Neves, Jorge Alexandre Barbosa (Org.) .Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2007.

MENICUCCI, T. e BRASIL, Flávia. Construção de Agendas e Inovações Institucionais: análise comparativa da Reforma Sanitária e da Reforma Urbana. Disponível em http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1167&Itemid=353.

GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO CONTEMPORÂNEO: 30 horas/aula

Ementa: As novas tendências e paradigmas da gestão pública contemporânea, num contexto democrático e como um dos elementos da reforma do Estado. Democracia e governança. Descentralização e desconcentração. Intersetorialidade. Parcerias, redes e participação da sociedade. Responsabilidade pública: as novas formas de accountability. A relação público/privado na produção de serviços públicos. Experiências inovadoras de gestão pública.

Bibliografia Básica:

L.C.Bresser e SPINK, Peter. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

TROSA, Sylvie. Gestão Pública por resultados: quando o estado se compromete. Tradução: Maria Luiza de Carvalho. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: Enap. 2010

PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2005.

PLANEJAMENTO DE GOVERNO: 60 horas/aula

Ementa: Conceitos básicos. Gênese do planejamento na esfera pública e trajetória do planejamento governamental no Brasil. Principais metodologias e instrumentos de Planejamento. Planejamento estratégico no setor público. Experiências recentes de planejamento. A centralidade dos Planos Plurianuais no atual modelo de planejamento brasileiro: avanços e desafios. Relação do Plano Plurianual de Ação com o planejamento de longo prazo.

Bibliografia Básica:

OSBORNE, David. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. Brasília: MH Comunicação, 1995. 438p.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. Safári de Estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000. * Acesso: biblioteca e/ou centro de informação.

SERRA, Alberto. Modelo de gestão para resultados no setor público. Natal, RN: SE ARH/RN, 2008. 140p.

TROSA, Sylvie. Gestão pública por resultados: quando o estado se compromete. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: ENAP, 2001. 320p.

REGULAÇÃO E GESTÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: 60 horas/aula

Ementa: Visão tradicional do papel do Estado na regulação e na produção de serviços de utilidade pública. Avanços teóricos recentes e novas visões acerca da regulação. Novo institucionalismo econômico e custos de transação. Agências reguladoras, desregulamentação, privatização e modelos regulatórios alternativos. Inovações na produção, na gestão de serviços públicos e nos modelos regulatórios. Trajetórias internacionais e brasileira.

Bibliografia Básica:

1- TEORIA TRADICIONAL DE REGULAÇÃO

FIANI, Ronaldo. Afinal, a quais interesses serve a regulação? *Economia e Sociedade*, v.13, no.2(23), jul-dez/2004. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643054/10606>

RAMALHO, Pedro Ivo Sebba (org.) Regulação e agências reguladoras: Governança e análise de impacto regulatório. Brasília, ANVISA, 2009. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/divulga/public/regulacao.pdf>

2- ECONOMIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO

PONDÉ, J.L.; FAGUNDES, J.; POSSAS, M. Custos de transação e política de defesa da concorrência. *Economia Contemporânea*, no.2, jul-dez/1997. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/rec/REC%201/REC_1.2_04_Custos_de_transacao_e_politica_de_defesa_da_concorrenca.pdf

3- INTRODUÇÃO A TEORIA DOS JOGOS

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. *Microeconomia*. Cap. 13. São Paulo, Makron, 1999.

VARIAN, Hal, *Microeconomia: Princípios básicos*. Cap. 28. Rio de Janeiro, Elsevier, 2003.

2- CONTRATOS E MODELO AGENTE-PRINCIPAL

BURGESS, S.; RATTO, M. The role of incentives in the public sector: Issues and evidence. *Oxford review of economic policy*, vol.19, no.2, 2003. Disponível em: <http://oxrep.oxfordjournals.org/content/19/2/285.full.pdf+html>

DIXIT, Avinash. Power of incentives in private versus public organizations. *American Economic Review*, vol.87, no.2, may/1997. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/2950949?seq=1#page_scan_tab_contents

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. *Microeconomia*. Cap. 17. São Paulo, Makron, 1999.

VARIAN, Hal, *Microeconomia: Princípios básicos*. Cap. 36. Rio de Janeiro, Elsevier, 2003.

3- TEORIAS DE ESCOLHA PÚBLICA E REGULAÇÃO

BASSO, Leonardo Fernando Cruz; SILVA, Marcelo Roque. Reflexões sobre a regulamentação. In *Revista de Administração Contemporânea*, 4, no. 2, mai-ago/2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552000000200005

BREGMAN, Daniel. Algumas questões sobre a captura regulatória. Rio de Janeiro, Seminário internacional Reestruturação e regulação do setor de energia elétrica e gás natural. Agosto/2006. Disponível em: http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/eventos/seminariointernacional/2006/artigos/pdf/Daniel_Bregman.pdf

GONÇALVES, Ricardo M. P. A captura regulatória: Uma abordagem introdutória. CEDIPRE Online no.25. Coimbra, Faculdade de direito da Universidade de Coimbra, set/2014. Disponível em: http://www.fd.uc.pt/cedipre/publicacoes/online/public_25.pdf

HART, O. Incomplete Contracts and Public Ownership: Remarks and na Application to Public-Private Partnerships. In *The Economic Journal*, Vol.113, No. 486. mar/2003. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1468-0297.00119/abstract>

MAJONE, Giandomenico. Do estado positivo ao estado regulador. In MATTOS, Paulo (org.) *Regulação econômica e democracia: O debate norte-americano*. São Paulo, Ed. Singular, 2006.

OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. *Reinventando o governo*. Brasília, M.H. Comunicações, 1995.

POSNER, Teorias de regulação econômica. In MATTOS, Paulo et. al. (org.) op. cit.

STIGLER, George J. A teoria da regulação econômica. In MATTOS, Paulo et al. (orgs.) op. cit.

4- REGULAÇÃO DE SETORES ESPECÍFICOS

AMARAL, Delcídio; JEREISSATI, Tasso. Autonomia, transparência e prestação de contas – Revendo a governança das agências regulatórias. In: SALGADO, Lúcia Helena; MOTTA, Ronaldo Seroa (Eds.). *Marcos regulatórios no Brasil: Incentivos ao investimento e governança regulatória*. Rio de Janeiro, IPEA, 2008. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5571

CONSIDERA, Claudio. A defesa da concorrência no Brasil. In *Revista FAE Bussiness*, no.4, dez/2002. Disponível em: <http://img.fae.edu/galeria/getImage/1/16578657468215246.pdf>

FARINA, Elizabeth M. M. Q.; SCHEMBRI, Antonina. Desregulamentação: A experiência norte-americana. In *Pesquisa e planejamento econômico*, vol.20, no.2, ago/1990. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4912>

GIAMBIAGI, Fábio et. al. *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. Políticas de defesa da concorrência e de regulação econômica: As deficiências do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. *Revista de Administração Contemporânea*, v.10, n.2, abr-jun/2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v10n2/a04.pdf>

MELO, Marcus André. As agências regulatórias: Gênese, desenho institucional e governança. In: ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita (orgs.). *O estado numa era de reformas: Os anos FHC*. Brasília, MP, SEGES, 2002. Disponível em: http://www.cedec.org.br/files_pdf/oestadonumaeradereformasosanosfhcparte1.pdf

NEPAL, R.; JAMASB, T. Caught between theory and practice: Government, market, and regulatory failure in electricity sector reforms. *Economic analysis and policy*, vol.46, jun/2015. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0313592615000090>

SALGADO, Lúcia Helena; MOTTA, Ronaldo Seroa. Introdução. In: SALGADO, Lúcia Helena; MOTTA, Ronaldo Seroa (Eds.). *Regulação e concorrência no Brasil: Governança*,

incentivos e eficiência. Rio de Janeiro, IPEA, 2007. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3164?locale=pt_BR
SONAGLIO, C. M.; ZAMBERLAN, C. O. Defesa da concorrência no Brasil: Eficiência econômica na análise do preço predatório. In *Análise*, Porto Alegre, v.20, no.1, pp.123-137, jan-jun/2009. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/face/article/view/5276>

GESTÃO MUNICIPAL: 60 horas/aula

Ementa: Os novos papéis dos governos locais e a ampliação da agenda local. Descentralização e relações inter-governamentais. Competências e atribuições municipais. Perfil do município brasileiro. Inovações nas políticas locais. Organização municipal. Planejamento municipal e seus instrumentos. Gestão financeira e tributária de políticas locais. Políticas urbanas e ambientais locais: seus marcos legais e instrumentos de ação.

Bibliografia Básica:

LUCAS, L. P.V. *Qualidades: poder local e qualidade na administração pública*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006, 232 p

Rezende, João Batista. *Administração pública em municípios de pequeno porte do sul de Minas Gerais: velhas questões, modernas leis e práticas patrimonialistas*. Disponível em http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/2976/1/TESE_Administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%BAblica%20em%20munic%C3%ADpios%20de%20pequeno%20porte%20do%20Sul%20de%20Minas%20Gerais.pdf> Acesso em: 10 jul. 2016

CARVALHO, A. X. Y.; ALBUQUERQUE, C. W. *Dinâmica dos municípios*. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5580. Acesso em: 20 jun. 2016

VELOSO, J. F. A.; MONASTÉRIO, L. M.; VIEIRA, R. S.; MIRANDA, R. B. (Orgs) *Gestão municipal no Brasil: um retrato das prefeituras*. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10200. Acesso em: 4 jul.2013.

FAHEL, M. e NEVES, J.A. *Gestão e Avaliação de Políticas Sociais no Brasil*. BH: PUC-Minas, 2007

PAES DE PAULA, A. P. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204 p.

AVALIAÇÃO SOCIAL DE PROJETOS: 30 horas/aula

Ementa: A importância da avaliação na gestão pública. O papel da avaliação no ciclo da política pública. Institucionalização da avaliação de programas. Contextos e passos para avaliações sob constrangimentos orçamentários, de tempo, de disponibilidade de dados e políticos (agências de financiamento, instâncias governamentais e outros públicos interessados). Avaliações do desenho do programa e do sistema de gestão. Tipos de desenhos para avaliação de resultados de programas e projetos: limites e vantagens relativas para validar as conclusões.

Bibliografia Básica:

COHEN, Ernesto. *Avaliação de projetos sociais*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 312 p.

FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa. *Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2007. 424 p.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Administração de projetos: como transformar ideias em resultados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 396 p.

RABECHINI JÚNIOR, Roque; CARVALHO Marly Monteiro de. Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2015. 482 p.

PROJETO APLICADO I: 30 horas/aula

Ementa: Aplicação de conceitos aprendidos em sala de aula. Articulação dos conteúdos das diferentes disciplinas com as experiências do serviço público, propondo ações concretas de melhoria, com foco no contexto de Minas Gerais.

Bibliografia Básica: Definida conforme o conteúdo ofertado (Identificada semestralmente no Plano de Ensino da disciplina).

PROJETO APLICADO II: 30 horas/aula

Ementa: Aplicação de conceitos aprendidos em sala de aula. Articulação dos conteúdos das diferentes disciplinas com as experiências do serviço público, propondo ações concretas de melhoria, com foco no contexto de Minas Gerais.

Bibliografia Básica: Definida conforme o conteúdo ofertado (Identificada semestralmente no Plano de Ensino da disciplina).

PROJETO APLICADO III: 30 horas/aula

Ementa: Aplicação de conceitos aprendidos em sala de aula. Articulação dos conteúdos das diferentes disciplinas com as experiências do serviço público, propondo ações concretas de melhoria, com foco no contexto de Minas Gerais.

Bibliografia Básica: Definida conforme o conteúdo ofertado (Identificada semestralmente no Plano de Ensino da disciplina).

Área Temática: Sociologia e Política

FILOSOFIA POLÍTICA: 60 horas/aula

Ementa: A concepção da política na modernidade, vista a partir de seus principais pressupostos e conceitos teóricos. As principais tradições e correntes teóricas da filosofia política contemporânea.

Bibliografia Básica:

AVRITZER. Dimensões Políticas da Justiça. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013

CONSTANT. A liberdade dos antigos comparada à dos modernos. São Paulo: Atlas, 2015

SANDEL, Michel. Utilitarismo: Justiça, o que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL: 60 horas/aula

Ementa: Formulações clássicas da ciência social brasileira. Discussão dos grandes modelos interpretativos que problematizam a formação e o desenvolvimento da sociedade e do Estado, com o intuito de oferecer ao aluno uma visão introdutória, informada e crítica, sobre os desafios atuais da sociedade brasileira.

Bibliografia Básica:

Ricupero, Bernardo. “Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil”. São Paulo, Ed. Alameda, 2007

Botelho, André; Schwarcz, Lilia Moritz. (orgs.) “Um Enigma Chamado Brasil”. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2009.

Faoro, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012. 929 p.

SOCIOLOGIA: 60 horas/Aula

Ementa: Conceitos básicos da sociologia – ordem, controle e coesão social, socialização, papéis, estratificação, ação e relação social, dominação, comunidade e sociedade, modernidade – a partir dos clássicos da sociologia. Análise da pobreza e da desigualdade como fenômeno social e objeto de análise da sociologia e como campo de ação para as políticas públicas.

Bibliografia Básica:

GIDDENS. Sociologia. Capítulos selecionados. Ed. Penso, 2012

Weber, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo.

Weber, Max. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982

TEORIA POLÍTICA: 60 horas/Aula

Ementa: Conceitos e métodos na ciência política. Teoria democrática contemporânea. Representação e participação. O papel das instituições no processo político. Sistemas eleitorais e partidários. Sistemas e formas de governo.

Bibliografia Básica:

WEBER, M. A política como vocação. In: _____. Ciência e Política — duas vocações. São Paulo: Cultrix, s/d.

Avelar, Lúcia (Org.); Cintra, Antônio Octavio (Org.) Sistema político brasileiro : uma introdução. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung

Nicolau, Jairo. Sistemas eleitorais. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012

POLÍTICA BRASILEIRA: 60 horas/aula

Ementa: Os processos de formação do Estado e da sociedade brasileiros. A natureza das instituições políticas no Brasil e suas conexões com a dinâmica e as estruturas sociais. Relações entre estado, mercado e democracia. Inovações institucionais e participação política. Sistemas eleitorais e partidários no Brasil. As relações entre executivo, legislativo e judiciário no Brasil. Federalismo no Brasil.

Bibliografia Básica:

Nunes, Edson "A Gramática Política do Brasil, Rio De Janeiro, Ed. Jorge Zahar, 2003.

Abrucio, Luiz Fernando "Os Barões da Federação : os governadores e a redemocratização brasileira", São Paulo, Ed. Hucitec, 1998

Figueiredo, Argelina Cheibub e Limongi, Fernando "Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.

SOCIOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES: 60 horas/aula

Ementa: Inserção das organizações na sociedade moderna e as relações de poder no contexto organizacional. A diversidade das estruturas organizacionais e da relação da estrutura formal com as atividades práticas organizacionais. As relações entre organizações e ambiente social, com especial atenção para o modelo de análise institucional. As tendências mais recentes na teoria organizacional.

Bibliografia Básica:

MARCH, J. G. E SIMON, A. H. Teoria das organizações. Fundação Getúlio Vargas, 1975

BALCÃO, Yolanda Ferreira, CORDEIRO, Laerte Leite. O Comportamento Humano na Empresa. Fundação Getúlio Vargas
GARETH, Morgan. Imagens da Organização. Editora Atlas, 2009

POLÍTICAS SOCIAIS: 60 horas/aula

Ementa: A trajetória das políticas sociais no Brasil. Estrutura e mudanças no Estado do Bem-Estar Social. Marco legal, desenho institucional e pressupostos conceituais das políticas sociais. Agenda atual e principais desafios das políticas sociais.

Bibliografia Básica:

DELGADO, Mauricio G. e PORTO, Lorena V. O Estado de Bem-estar social no século XXI, São Paulo Ed. LTr, 2007

BIDERMAN, C. e AVARTE, Paulo. Economia do Setor Público no Brasil. São Paulo, Ed. Elsevier, 2005.

CAMARANO, A. Amélia. Novo Regime Demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?

SEN Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

JACCOUD, Luciana. Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5491

BARROS, Ricardo Paes, CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. Texto para discussão No 985 IPEA, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em http://ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/TDs/td_0985.pdf

ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO: 30 horas/aula

Ementa: Razões morais e dilemas para a ação na esfera pública em diferentes tradições: ética deontológica, utilitarismo e a distinção weberiana entre convicção e responsabilidade. Instituições, corrupção e controle público. Transparência, informação e democracia. Universalismo, impessoalidade, mérito e publicidade.

Bibliografia Básica:

MACHIAVELLI, Nicolló. O príncipe. Curitiba: Juruá, 2012.

WEBER, Max. Ciência e Política: Duas Vocações. Cultrix, 2002.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

Área Temática: Economia

MICROECONOMIA: 60 horas/Aula

Ementa: Especialização e ganhos de comércio: a teoria das vantagens comparativas. Demanda, oferta e o mecanismo de mercado. O conceito de elasticidade e suas aplicações. Introdução à teoria do consumidor. Custos de produção no curto e no longo prazo. Estruturas de mercado (concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolística). Mercados, eficiência, equidade na perspectiva da Economia do Bem-Estar. Introdução às falhas de mercado e suas possíveis correções.

Bibliografia Básica:

MANKIW, N. G. Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2001. (ou edições superiores)

MANKIW, N. G. Princípios de Microeconomia. 6ª Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PINDYCK, R.; D. RUBINFELD. Microeconomia. 5ª Ed. São Paulo: Ed. Prentice-Hall, 2002. (ou edições superiores)

MACROECONOMIA: 60 horas/aula

Ementa: Mensuração dos agregados macroeconômicos. Poupança, investimento e taxa de juros. Demanda agregada, curva de Phillips e modelos DSGE. Mercados financeiros e investimento nos modelos pós-Keynesianos. Paridade do poder de compra, fluxos de capital e taxas de câmbio.

Bibliografia Básica:

MANKIW, N. Gregory. Macroeconomia. Rio de Janeiro: LTC Editora.

BLANCHARD, O. Macroeconomia. São Paulo: Pearson Trentice Hall.

FROYEN, R. T. Macroeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999.

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO: 60 horas/aula

Ementa: Mercados, eficiência e equidade na perspectiva da economia do bem estar. Falhas de mercado: concorrência imperfeita e monopólio natural, externalidades, bens públicos e recursos de propriedade comum. A evolução do papel do Estado na economia. Gastos públicos: evolução e determinantes.

Bibliografia Básica:

Biderman, Ciro; Arvate, Paulo Shapiro . Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier.

Riani, Flávio. Economia do setor público: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: LTC SOUZA, Nilson Araújo de. Economia Brasileira contemporânea, de Getúlia a Lula

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: 30 horas/aula

Ementa: Fundamentos do desenvolvimento; Prosperidade e crescimento dos países; Reflexão sobre as políticas de promoção do desenvolvimento: o papel do Estado; o papel do mercado; a política econômica. A dimensão institucional do desenvolvimento: capacidade do Estado; instituições e valores e Capital social; Experiências comparadas de promoção do desenvolvimento; Exemplos clássicos. Tendências recentes no desenvolvimento: Novos casos de sucesso; Fatores recentes importantes para o desenvolvimento das nações; Desenvolvimento Regional e Políticas de desenvolvimento em Minas Gerais; Desenvolvimento Local.

Bibliografia Básica:

GERSCHEKRON, A. O atraso econômico em perspectiva histórica e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015

NAYYAR, D. A corrida pelo Crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2015.

JONES, Charles. Introdução à Teoria do Crescimento Econômico. Rio de Janeiro: ed. Campus.

ECONOMIA BRASILEIRA: 60 horas/aula

Ementa: A economia brasileira contemporânea. Evolução da economia brasileira entre as décadas de 1940 e 1980. O modelo de substituição de importações. A crise dos anos 80. Os desafios para a estabilização econômica. O Plano Real. A política econômica nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula. Os desafios econômicos do governo Dilma: questão fiscal, spread bancário, financiamento

do desenvolvimento, reforma tributária, desindustrialização, política industrial, infraestrutura e inovação. Os desafios para fortalecer o desempenho da economia brasileira.

Bibliografia Básica:

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LACERDA, Antônio Correia . Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2013.

PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Área Temática: Direito

INTRODUÇÃO AO DIREITO: 45 horas/aula

Ementa: Direito e Democracia. Estado de Direito. Paradigmas jurídicos: Estado Liberal, Estado Social e Estado Democrático de Direito. Gestão Pública contemporânea e Direitos Fundamentais. Ordenamento Jurídico. Norma Jurídica. Hermenêutica jurídica.

Bibliografia Básica:

GUSMÃO, Paulo Dourado. Introdução ao Estudo do Direito. Rio de Janeiro: Editora Forense. 2007.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. , São Paulo, Atlas, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo, Atlas, 28ª edição, 2015.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 2009. 33ª ed. Malheiros Editores.

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional administrativo, São Paulo, Atlas, 2007.

DIREITO CONSTITUCIONAL: 60 horas/Aula

Ementa: Conceito e origem do direito constitucional. Tipos de constituição. Formação e tipos de Estado e de Governo. O poder constituinte e os poderes constituídos. O Preâmbulo da Constituição. Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Da Organização Político-Administrativa (arts. 18 a 33 CRF/88). Da Organização dos Poderes. Do Processo Legislativo.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2007.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. São Paulo: Atlas.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2007.

DIREITO ADMINISTRATIVO I: 60 horas/aula

Ementa: Origem, objeto e conceito do Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Ato Administrativo. Organização Administrativa. Terceiro Setor. Licitações, Contratos Administrativos e Convênios. Responsabilidade Extracontratual do Estado.

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Dialética.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Atlas.

DIREITO ADMINISTRATIVO II: 60 horas/aula

Ementa: Agentes Públicos: definição e classificação. Direito Administrativo da Função Pública. Serviços Públicos. Concessão e Permissão de Serviços Públicos. A regulação do Serviço Público na Constituição e na legislação pertinente. A intervenção do Estado na propriedade. Bens Públicos. Processo administrativo.

Bibliografia Básica:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de direito administrativo. São Paulo: Malheiros.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2012

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2012

Área Temática: Metodologia

INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO: 30 horas/aula

Ementa: A natureza do conhecimento científico. Indutivismo, falsificacionismo e critério de demarcação. Teoria e empiria na produção do conhecimento científico. Noções de normalização.

Bibliografia Básica:

ADORNO, Theodor Wiesengrund. et HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

WEBER, Max. Ensaios de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

MÉTODOS QUANTITATIVOS APLICADOS À GESTÃO PÚBLICA: 60 horas/aula

Ementa: Construção e interpretação de números-índices. Metodologias para a criação de indicadores sociais e econômicos na realização de diagnósticos e na definição de prioridades de política. Bases de dados e fontes de informação para a pesquisa social e econômica no Brasil. Os Registros Administrativos do Governo.

Bibliografia Básica:

TOLEDO, Geraldo L e Ovalle, Ivo I. Estatística Básica. 2ª Edição, Editor Atlas, São Paulo, 2010.

JANNUZZI, Paulo de M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Alínea Editora, Campinas, SP, 2001.

TRIOLA, M. Introdução à Estatística, sétima edição, Ed. LTC, Rio de Janeiro, 1991.

METODOLOGIA CIENTÍFICA: 30 horas/aula

Ementa: Principais elementos do desenho de pesquisa científica: problemas, variáveis e hipóteses. A relação entre variáveis. Mensuração e operacionalização. Estratégias de pesquisa social e econômica.

Bibliografia Básica:

SPINK, Peter Kevin, O PESQUISADOR CONVERSADOR NO COTIDIANO *Psicologia & Sociedade* [en línea] 2008, 20 (Sin mes) : [Fecha de consulta: 15 de julio de 2016] Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326473010>> ISSN 0102-7182

MARCONI, M. A. LAKATOS, E.M. *Técnicas de Pesquisa*. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008 MARCONI, M. A. LAKATOS, E.M. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

FANNING, E. *Formatting a Paper-based Survey Questionnaire: Best Practices*. *Practical Assessment, Research and Evaluation*. Volume 10 Number 12, August 2005. ISSN 1531-7714. Disponível em: <<http://pareonline.net/getvn.asp?v=10&n=12>>. Acesso em 01 ago. 2015

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 23ª. Ed.. São Paulo: Cortez Editora, 2007. SCHEUREN, F. *What is a Survey*. American Statistical Association. Disponível em: <<http://www.amstat.org/sections/srms/pamphlet.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2015.

METODOLOGIA DE PESQUISA: 60 horas/aula

Ementa: Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais. Investigação no campo das organizações e no setor público. Técnicas de coleta e análise de dados. Elaboração de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica:

HAIR, Jr. Joseph F. et alli. *Fundamentos de métodos de pesquisa em administração*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SEVERINO, A.J. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL I: 30 horas/aula

Ementa: Realização de atividades acadêmicas, visando à identificação do conjunto de competências necessárias à atuação do Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Orientação e treinamento para uma efetiva integração e um adequado desenvolvimento profissional. Acompanhamento da elaboração de Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica:

Constituição do Estado de Minas Gerais

Lei Delegada n. 126/2007

Lei Delegada n. 179/2011

Lei Estadual n. 18.974/2010

Resolução SEPLAG n. 001/2013

Competências Essenciais dos Servidores do Estado de Minas Gerais – cartilha completa. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/572935-GESTAO-DE-PESSOAS-POR-COMPETENCIA-CARTILHA-COMPLETA-005/>>.

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA O TRABALHO II: 30 horas/aula

Ementa: Realização de atividades acadêmicas, visando à identificação do conjunto de competências necessárias à atuação do Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Orientação e treinamento para uma efetiva integração e

um adequado desenvolvimento para o trabalho. Acompanhamento da elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia Básica:

Constituição do Estado de Minas Gerais

Lei Delegada n. 126/2007

Lei Delegada n. 179/2011

Lei Estadual n. 18.974/2010

Resolução SEPLAG n. 001/2013

Competências Essenciais dos Servidores do Estado de Minas Gerais – cartilha completa. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/572935-GESTAO-DE-PESSOAS-POR-COMPETENCIA-CARTILHA-COMPLETA-005/>>.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

AUDITORIA OPERACIONAL: 30 horas/aula

Ementa: Origem e evolução da auditoria. Fundamentos da auditoria. Normas e procedimentos de auditoria. Tipos e formas de auditoria. Evolução da auditoria operacional. Objetivos, dificuldades para realização e fases da auditoria operacional. Técnicas e procedimentos de auditoria operacional. Qualidade da auditoria.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Marcelo C. Auditoria: Um Curso Moderno e Completo. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 1988.

COLELLA, Victor, Auditoria - Controle Interno e Estoque. São Paulo, Editora Saraiva, 1986.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1988.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. 1989.

FRANCO, Hilário, MARRA, Ernesto. Auditoria Contábil. São Paulo: Atlas S.A, 1982.

Instituto Brasileiro de Contadores. Curso Básico de Auditorias. São Paulo. Atlas, 1989.

Instituto dos Auditores Internos do Brasil - Procedimentos de Auditoria Interna. São Paulo, 1990.

KHAIR, Antônio Amir. “Gestão Fiscal Responsável” – Simples Municipal – Guia de Orientação para as Prefeituras. Ano 2001- BNDES- pp.23-34.

REZENDE, João Batista. Técnicas de Amostragem. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

RIBEIRO, Sheila Maria Reis – Controle Interno e Paradigma gerencial – Textos para discussão – ENAP – Julho/1997 – Brasília,DF.

SILVA, Lino Martins da. O Controle Interno no Setor Público: Situação, Reforma e Constituinte. Conferência no 7º Congresso Nacional de Administração Fazendária. Rio de Janeiro, 1986.

GESTÃO DE CUSTOS NO SETOR PÚBLICO: 30 horas/aula

Ementa: Contabilidade de custos: objeto, função e objetivo; classificação dos custos. Marco legal: preceitos legais sobre custos no setor público brasileiro. Experiências de gestão de custos na administração pública brasileira. Terminologia utilizada pela contabilidade de custos. Centros de custos e centros de resultados: Classificação e delimitação. Sistemas de custos. Métodos de custeio: Custeio por Absorção Tradicional; Custeio Direto; Custeio Variável; Custeio Baseado em Atividade (Custeio ABC). Informação de custos e sua

utilização na gestão pública. Modelo(s) de mensuração de custos na administração pública (exemplificação da aplicação no setor público).

Bibliografia Básica:

- BRASIL. Escola Nacional de Administração Pública. Gestão de Custos no setor Público. Brasília: Enap, 2001. 26f. (Texto para discussão; 41).
- DUTRA, René Gomes. Custos: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. São Paulo: Atlas. 2010
- MARTINS, Eliseu; ROCHA, Wellington. Métodos de custeio comparados: custos e margens analisados sob diferentes perspectivas. São Paulo: Atlas. 2010.
- MAUSS, Cezar Volnei; SOUZA, Marcos Antônio. Gestão de custos aplicada ao setor público: modelo para mensuração e análise da eficiência governamental. São Paulo: Atlas, 2008.
- NUNES, Marcos Alonso. Custos no serviço público. Brasília: Enap, 1008. 34 f. (Texto para discussão; 31).
- PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins. Contabilidade de custos para não contadores. São Paulo: Atlas, 2007.

ECONOMIA MINEIRA: 30 horas/aula

Ementa: Raízes históricas (décadas de 30 e 40 - década de 50 - montagem de infraestrutura. A década de 60 - setores agrícola e industrial. Década de 70 - a arrancada industrial mineira. Estrutura produtiva e sua evolução. Inserção da Economia Mineira. Desigualdades Regionais. Políticas de Desenvolvimento para Minas Gerais.

Bibliografia Básica:

- DINIZ, Clélio Campolina. Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira. Belo Horizonte: UFMG-PROED, 1981.
- DINIZ, Clélio Campolina. Minas Gerais na divisão inter-regional do trabalho no Brasil: alterações recentes e perspectivas. In: Anais do IV Seminário sobre Economia Mineira. Belo Horizonte: UFMG / CEDEPLAR, 1988.
- DINIZ, Clélio Campolina. Economia e planejamento em Minas Gerais: notas para discussão. In: DULCI, Otávio; PAIVA, Paulo de Tarso Almeida (Org.). 20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira - 1982-2002: coletânea de trabalhos. Vol. 3. Belo Horizonte: UFMG/Face/Cedeplar, 2002.
- OLIVEIRA, F. A., SIQUEIRA, W. B. (Org.). As Muitas Minas: ensaios sobre economia Mineira. Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia, Minas Gerais, 2010.
- BDMG. Minas Gerais no Século XXI. Belo Horizonte. Rona Editora, 2002 Volumes I, II e III.

FEDERALISMO E RELAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS: 30 horas/aula

Ementa: O contrato federativo, cooperação e conflito. Descentralização e relações intergovernamentais: autonomia, distribuição dos encargos e mecanismos de financiamento. Arranjos verticais e horizontais de coordenação intergovernamental na gestão das políticas públicas. Interpretações sobre o Brasil.

Bibliografia Básica:

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Os laços federativos brasileiros: avanços, obstáculos e dilemas do processo de coordenação intergovernamental. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

- ABRUCIO, Fernando Luiz; Costa, Valeriano, M. f. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. Pesquisa n. 12, São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, 1999.
- ARRETCHE, Marta. Estado Federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000, Parte I.
- ARRETCHE, Marta. Democracia, federalismo e centralização. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, Ed. FGV, 2012.
- MELO, Marcus André. Crise federativa, guerra fiscal e "hobbesianismo municipal": efeitos perversos da descentralização? São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 11-20, jul set 1996.
- REZENDE, Ferando; Oliveira, Fabrício Augustot (orgs). Descentralização e federalismo fiscal no Brasil: desafios da reforma tributária. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2003, Parte II
- STEPAN, Alfred. Para uma análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do demos. Dados, vol. 42, n. 2, p. 197-251, 1999
- VARGAS, Neide C. A descentralização e as teorias do Federalismo Fiscal. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 32, n. 1, junho/2011.

MARKETING NO SETOR PÚBLICO: 60 horas/aula

Ementa: Conceitos fundamentais do marketing, gestão de produtos, marketing de serviços, preços, distribuição, promoção e comunicação com o público-alvo, melhoria dos serviços ao cidadão e marketing social.

Bibliografia Básica:

- KOTLER, Philip; LEE, Nancy. Marketing no setor público. Um guia para o desempenho mais eficaz Porto Alegre: Ed. Bookman, 2008.
- KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. Marketing 3.0: As forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- LEVITT, Theodore. Miopia em Marketing. Harvard Business Review, vol.38 (jul-ago/1960).
- MACHADO, Marco Antônio. O que é marketing. Mimeo.
- MADRUGA, Roberto Pessoa et al. Administração de marketing no mundo contemporâneo. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

NEGOCIAÇÃO: 30 horas/aula

Ementa: Negociação: conceitos e vertentes. Poder e Conflito. Negociação e Regulação. Processos de negociação. Relações de trabalho e negociação. Representação dos trabalhadores e negociação coletiva. Tendências recentes em negociação.

Bibliografia Básica:

- BAZERMAN, Max H.; NEALE, Margaret A. Negociando Racionalmente. São Paulo: Atlas, 1998.
- BUBRIDGE, R. Marc (Org.). Gestão de Negociação. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CARVALHAL, Eugênio (Org.) Negociação e Administração de Conflito. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- FISCHER, Roger, URY, William; PATTON, Bruce. Como Chegar ao Sim: a negociação de acordos sem concessões. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- JUNQUEIRA, Luis A. Costacurta. Negociação: tecnologia e comportamento. Rio de Janeiro: COP Editora. 1998.

LEMPEREUR, Alain; COLSON, Aurélien; DUZERT, Yann. Método de Negociação. São Paulo: Atlas, 2009.

PAGÉS, Max et all. O poder das organizações. São Paulo: Atlas, 1987.

SHELL, G. Richard. Negociar É Preciso: estratégias de negociação para pessoas de bom senso.. São Paulo: Negócio Editora, 2001.

SILVA, Eduardo; REIS, João Jose. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil Escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STONE, Douglas; PATTON; Bruce; HEEN, Sheila. Conversas Difíceis. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SUSSKIND, Lawrence; CRUIKSHANK, Jeffrey; DUZERT, Yann. Quando a Maioria Não Basta: método de negociação coletiva para a construção de consenso. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

THOMPSON, Leigh. O Negociador. São Paulo: Prentice-Hall, 2009.

URY, William. O Poder do Não Positivo: como dizer não e ainda chegar ao sim. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS: 30 horas/aula

Ementa: Análise de processos que conduzem à expansão dos Direitos de Cidadania. Plataforma Internacional dos Direitos Humanos. Reconstrução histórica no processo de afirmação dos Direitos Humanos na sociedade brasileira. Políticas Públicas e Direitos Humanos. Direitos civis e políticos. Direitos Econômicos, sociais e culturais. Questões e elementos de análise de políticas e de gestão pública com foco no crescimento da violência (urbana e rural), da segurança pública e da justiça social, de preconceitos na convivência com deficientes e idosos, desde a escola até o mercado de trabalho. Barreiras humanas e políticas públicas específicas (crianças, adolescentes, mulheres, refugiados, migrantes, populações indígenas, entre outros).

Bibliografia básica:

ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio Groppa. Os Direitos Humanos na Sala de Aula: A Ética Como Tema Transversal. São Paulo: Moderna, 2001.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Cidadania em Preto e Branco: discutindo as relações sociais. São Paulo: Ática, 2002.

BIDART CAMPOS, Gérman. Teoria General de los Derechos Humanos. Buenos Aires: Ed. Astrea, 1991.

BINENBOJM, Gustavo (Ed.). “Direitos Fundamentais”. Revista da Associação dos Procuradores do Novo Estado do Rio de Janeiro. v. XII. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2003.

CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Fundamentos Jurídicos e Instrumentos Básicos. São Paulo: Saraiva, 1991.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2001.

FERREIRA FILHO, Manoel Golçalves. Direitos Humanos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 1995.

QUEIROZ, Cristina M. M. Direitos Fundamentais. Parte Geral. Coimbra: Coimbra Ed., 2002.

SIQUEIRA CASTRO, Carlos Roberto. A Constituição Aberta e os Direitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

LIBRAS: 30 horas/aula

Ementa: Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Conceituação e Fundamentos históricos da educação inclusiva de surdos. Legislação Específica. Aspectos Linguísticos da LIBRA; Práticas e Técnicas de LIBRAS Básica e desenvolvimento da expressão visual-espacial.

Bibliografia básica:

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2005.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo, Editora Parábola: 2009

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. Língua Brasileira de Sinais. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. Curso de Libras I. (DVD) LSBVídeo: Rio de Janeiro, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de. O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. Estudos Linguísticos: a língua de sinais brasileira. Editora ArrMed:Porto Alegre, 2004.

FENÔMENOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS E POLÍTICAS PÚBLICAS: 30 horas/aula

Ementa: Fenômenos sociais contemporâneos (pobreza, exclusão e discriminação de grupos sociais, violência) e políticas públicas de proteção e de redução de desigualdades sociais. . Panorama das principais questões sociais na América Latina. Análise social. Incidência de inequidades sociais no Brasil sobre grupos específicos em função de sua etnia ou raça, do gênero, de ciclos de vida ou de regiões em que vivem. Sistemas de proteção social. Políticas públicas recentes de proteção e de promoção social no Brasil para reduzir iniquidades e violação de direitos em relação às crianças e aos jovens, aos afrodescendentes, às mulheres, em especial os oriundos dos segmentos sociais mais pobres. Constrangimentos e desafios para a formulação e gestão de políticas. Desenvolvimento de capacidades de intervenções no campo da ação governamental.

Bibliografia básica:

KLIKSBERG, Bernardo. Como enfrentar a pobreza e a desigualdade? Uma perspectiva internacional. SP: Ed. Perseu Abramo, 2014. Disponível em www.fpabramo.org.br

FONSECA, A. e FAGNANI, E. (org) Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania. Vol. 2. SP: Ed. Perseu Abramo, 2013. Disponível em www.fabramo.org.br/forum2013

CECCHINI, Simone; FILGUEIRA, Fernando; ROBLES, Claudia. Sistemas de protección social en America Latina y el Caribe. Una perspectiva comparada. CEPAL. Serie Políticas Sociales 202 (junio 2014). Disponível em www.cepal.org/publicaciones

CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago e COSTA, Patrícia (orgs). O Brasil sem Miséria. Brasília: Brasil, Ministério de Desenvolvimento Social, 2014. Disponível no site do MDS

JACCOUD, Luciana. Igualdade e equidade na agenda de proteção social. In FONSECA E FAGNANI, op.cit, 281-307

CEPAL. El enfrentamiento de la violencia contra las mujeres en America Latina y el Caribe. Informe anual 2013-4. (LC/G 2626). Santiago de Chile, 2014. Disponível em repositorio.cepal.org/bitstream/handle

DEDECCA, Caludio S. A redução da desigualdade e seus desafios. Texto para discussão 2031. Brasília: IPEA, janeiro 2015. Disponível no site do IPEA

CORSEUIL, C.H. E BOTELHO, R.J. Desafios na trajetória profissional dos jovens brasileiros. Brasília: IPEA, 2014.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Políticas para Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres- 2013-2015

MATIJASCIC, Milko e SILVA, Tatiana Dias (ed) Situação social da população negra por estado. IPEA e SEPPPIR. Brasília: IPEA, 2014. Disponível no site do IPEA.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: 30 horas/aula

Ementa: Democracia e inclusão política: formas de representação, participação, deliberação. A noção de participação social, dimensões e os “lugares” da participação. Participação e sociedade civil: associações, movimentos sociais, redes societárias e outras formas de organização e mobilização. Participação e instituições participativas. Participação no contexto brasileiro das últimas décadas: atores coletivos e marcos institucionais de participação nas políticas e gestão pública. Novas instituições participativas pós-88, alcances e limites: conselhos, conferências, orçamentos participativos, participação nos planos locais, outros arranjos.

Bibliografia Básica:

PATEMAN, C. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.1-34 Disponível em < <http://pt.slideshare.net/wagnerromao/carole-pateman-participao-e-teoria-democrtica-31917042> > Acesso em 08/01/2015

SILVA, Regina Helena Alves. Ruas e redes: dinâmicas dos protestos BR. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LOPES, José S. L; HEREDIA, Beatriz. (org) Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação. Rio de Janeiro, 2014. Link <http://www.memov.com.br/site/imagens/acervo/MSEP/MSEP_Publicacao_PDF_01.pdf

FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge A. Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil. Belo Horizonte: Editora PUC-Minas, 2007

PIRES, Roberto R. C. (org) Efetividade das Instituições Participativas no Brasil. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_dialogosdesenvol07.pdf >

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do Debate. Lua Nova, São Paulo, n.76, p. 49-86. 2009 Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf> > Acesso em 08/01/2015

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE : 30 horas/aula

Ementa: Competências dos órgãos nos diferentes entes federativos. O papel dos Estados, Setor Privado e Terceiro Setor na política sócio-ambiental. Processo decisório: normas e diretrizes; atores, governança sócio-ambiental, hierarquia das normas, o papel dos conselhos. Articulação institucional. Evolução do aparelho do Estado. Instrumentos econômicos e de comando- e-controle. Mudanças de perspectivas. Principais políticas públicas para gestão (sócio)ambiental. Visão geral dos diversos tratados internacionais e as principais reuniões e resultados. Posição do Brasil.

Bibliografia Básica:

SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

LITTLE, Paul E. Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF, 2003.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 3 Ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

FERREIRA, Leila C. A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOURA, Alexandrina S. Políticas Públicas e Meio Ambiente: da economia política as ações setoriais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massagana, 2010.

PARREIRA, Clélia; ALIMONDA, Hector. (Org.). Políticas Públicas Ambientais Latino-americanas. Brasília: FLACSO-Brasil, Editorial Abaré, 2005.

POLÍTICAS SETORIAIS: 30 horas/aula

Ementa: Conteúdo variável sobre política setorial específica.

Bibliografia básica: Definida conforme o conteúdo ofertado.

TEORIAS PSICOLÓGICAS NA GESTÃO DE PESSOAS: 30 horas/aula

Ementa: Principais teorias psicológicas sobre a natureza e o comportamento humano: comportamentalismo, gestalt, psicanálise, humanismo; elementos construtores dos modelos mentais vigentes nos séculos XIX, XX e XXI na gestão de pessoas; evolução histórica ocidental no conceito de gestão do desenvolvimento humano nas organizações; modelos mentais e práticas contemporâneas na gestão de pessoas.

Bibliografia Básica:

HANDY, Charles B. Como compreender as organizações. Tradução: Helena M^a Camacho Martins Pereira. R.J: Zahar, 1978

MENEGAN, Leticia F.; CASADO, Tânia. O contrato psicológico como ferramenta para a gestão de pessoas. Revista de Administração. São Paulo, v. 41, n. 2, p. 125-135, abr-jun/2006.

RABAGLIO, Maria Odete. Seleção por competência. 2^a Ed.. São Paulo. Educator, 2001.

ROCHA-PINTO, Sandra Regina; PEREIRA, Cláudio de Souza; COUTINHO, Maria Tereza Correa; JOHANN, Silvio Luiz. Dimensões funcionais da gestão de pessoas. 9^a Ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007.

WAGNER III, John A.; HOLLENBECK, John R. Comportamento organizacional. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo. Saraiva, 2000.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I: 30 horas/aula

Ementa: Conteúdo variável, sobre temas contemporâneos relacionados à Administração Pública.

Bibliografia Básica: Definida conforme o conteúdo ofertado.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA II: 30 horas/aula

Ementa: Conteúdo variável, sobre temas contemporâneos relacionados à Administração Pública, relacionados às pesquisas desenvolvidas na Fundação João Pinheiro.

Bibliografia Básica: Definida conforme o conteúdo ofertado.

CORPO DOCENTE

Agnez Lélis Saraiva

Titulação: Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro e graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialista em História e Cultura de Minas pela Faculdade de Ciências Humanas de Pedro Leopoldo.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente há 26 anos nos ensinos fundamental e médio. E quatro anos no ensino superior. Atualmente ocupa o cargo de Pesquisador em Ciência e Tecnologia da Escola de Governo.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6097836630485843>

Alexandre Queiroz Guimarães

Titulação: Doutor em Politics - Political Economy pela University of Sheffield. Mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Tem experiência nas áreas de Ciência Política e Economia, com ênfase em Economia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento econômico comparado; economia política; instituições e desenvolvimento; state capacity; políticas de emprego e renda, história econômica e desenvolvimento na América Latina. Em 2014, organizou um livro sobre as políticas para a promoção do desenvolvimento econômico em Minas Gerais. Em 2015, foi visiting scholar na Universidade de Cambridge.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8850956320615888>

Ana Luiza Gomes de Araújo

Titulação: Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG, pós graduada em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica. Possui graduação em Direito pela Faculdade Milton Campos e graduação em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Participou da 5ª edição do Curso de Alta Direção em Administração Pública, em sua versão internacional, em Oeiras, Portugal.

Experiência Acadêmica e Profissional: É servidora pública e está em exercício na Fundação João Pinheiro, onde exerce a Coordenação do Curso de Especialização em Administração Pública: Planejamento e Gestão Governamental.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9037686327946923>

Ana Paula Salej

Titulação: Doutora e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, realizou estágio pós-doutoral na École Nationale d'Administration - ENA em Estrasburgo, na França, onde fez também mestrado profissional em Administração e Finanças Públicas, na Université de Strasbourg. Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduação em Administração (Habilitação Comércio Exterior) pela UNA - Faculdade de Ciências Gerenciais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente desde 1993. Atualmente é pesquisadora e professora da Fundação João Pinheiro, onde também coordena o grupo de pesquisa Estado, Gênero e Diversidade. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em

Administração Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas sociais, administração pública, igualdade e gênero.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2605280249287773>

Aparecida Maciel da Silva Shikida

Titulação: Doutora em Ciências da Informação, mestre em Ciências da Informação e graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora na Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0025606085859992>

Bruno Lazzarotti Diniz Costa

Titulação: Doutor em Sociologia e Política, mestre em Sociologia e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador da Fundação João Pinheiro desde 1995; Docente no Ensino Superior desde 1995.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2084604177044476>

Caio César Soares Gonçalves

Titulação: Doutorando em População, Território e Estatísticas Públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possui graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador da Fundação João Pinheiro na Diretoria de Estatística e Informações. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em desenvolvimento de metodologias para construção de modelos macroeconômicos e produção de estatísticas na área de economia de serviços, economia criativa (moda), turismo e meio ambiente.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6829577347369187>

Carla Bronzo Ladeira Carneiro

Titulação: Doutora em Sociologia e Política, mestre em Sociologia e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora da Fundação João Pinheiro desde 1997; Docente no Ensino Superior desde 1995.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2040877413046909>

Carla Cristina Aguilar de Souza

Titulação: Doutora e mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro desde 2009, atua na Diretoria de Estatística e Informação.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1249671272324886>

Carolina Portugal Gonçalves da Motta

Titulação: Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é pesquisadora em ciência e tecnologia da Fundação João Pinheiro. Tem experiência na área de Demografia, com ênfase em Política Pública e População, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde, habitação, políticas urbanas e de saúde, desigualdades sociais, desigualdade em saúde.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8935836985881838>

Cláudia Beatriz Machado Monteiro de Lima Nicácio

Titulação: Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, possui especialização em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e graduação em Psicologia pela FUMEC.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente desde 1997. Pesquisadora e Coordenadora de Cursos da Escola de Governo da FJP. Tem experiência na área de Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, emprego e trabalho, gestão de pessoas e comportamento organizacional.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9936472027501720>

Cláudia Júlia Guimarães Horta

Titulação: Doutora e mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, possui graduação em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais e realizou estágio Pós-doutoral no departamento de Políticas Sociais e Intervenções na Universidade de Oxford, Inglaterra.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro desde 1992. Tem experiência nas áreas de demografia e estatística, atuando nos seguintes temas: Indicadores sociais, fecundidade, mortalidade, migração, saúde, condições de vida e desenvolvimento humano.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0316177233279799>

Cláudio Burian Wanderley

Titulação: Doutor em Teoria Econômica pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Economia pela Universidade de São Paulo e graduado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador da Fundação João Pinheiro desde 1994; Docente no Ensino Superior desde 1991. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Regional e microeconomia aplicada.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8883271568242398>

Eduardo Cerqueira Batitucci

Titulação: Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente no Ensino Superior desde 1992 e Pesquisador da Fundação João Pinheiro desde 1994. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase

em Sociologia do Crime, da Violência e das Instituições do Sistema de Justiça Criminal, atuando principalmente nos seguintes temas: segurança pública, políticas públicas, criminalidade, polícia, e funcionamento do Sistema de Justiça Criminal.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9562452176702956>

Fernanda Alen Gonçalves

Titulação: Mestre em Direito Tributário e Graduada em Administração Pública.

Experiência Acadêmica e Profissional: Tem experiência na área de Administração Pública, com ênfase em Administração Financeira e Orçamentária, Contabilidade e Finanças Pública, Direito Financeiro e Planejamento Estratégico.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1619938418170017>

Flávia de Paula Duque Brasil

Titulação: Doutora e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, especialista em Urbanismo e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela mesma instituição.

Experiência Acadêmica e Profissional: Desde 1997 atua na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Urbana.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4666930977365902>

Frederico Poley Martins Ferreira

Titulação: Pós-doutor em Políticas Públicas University of Sheffield UK, doutor em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador da Fundação João Pinheiro; Coordenador do Curso de Mestrado da FJP; experiência profissional nos níveis de governo municipal, estadual e federal, atualmente ocupa o cargo de Diretor do Centro de Estatística e Informações da FJP.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1448397981510363>

Glauber Silveira

Titulação: Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa, especialista em Economia Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador em Ciência e Tecnologia pela Fundação João Pinheiro; Professor de Microeconomia e Macroeconomia no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9303058581414782>

Isabella Virginia Freire Biondini

Titulação: Mestre em Administração Pública - Gestão Econômica pela Fundação João Pinheiro, especialista em gerenciamento de projetos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduada em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro e bacharel em Direito pela UFMG.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em políticas públicas e gestão governamental da Fundação João Pinheiro, coordenadora técnica da Lei Robin Hood, coordenadora executiva do Prodev/BID, atua em pesquisas da área de finanças públicas. Docente desde 1998.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3901807608809520>

Josiane Vidal Vimieiro

Titulação: Mestre em Administração Pública, especialista em Gestão estratégica e graduada em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no Governo do Estado de Minas Gerais. Tem experiência na área de Administração atuando principalmente nos seguintes temas: eficiência, acordo de nível de serviço e administração pública.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2477058687416326>

Juliana Lucena Ruas Riani

Titulação: Doutora e mestre em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais Graduada em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é Membro sem vínculo com a UFMG da Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisador em Ciência e Tecnologia do Fundação João Pinheiro. Tem experiência na área de Demografia, com ênfase em Demografia da Educação.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9989788828773610>

Kamila Pagel de Oliveira

Titulação: Doutora e mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2007. Atualmente, é Coordenadora do Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Áreas de interesse: Gestão de Pessoas, Gestão de Projetos e Administração Pública.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3216062751491834>

Karina Rabelo Leite Marinho

Titulação: Doutora em Sociologia e Ciências Humanas pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio de doutorado realizado na Universidade de Lille 1, França. Mestrado em Sociologia e graduada em Ciências Sociais também pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é analista de pesquisa e ensino na Fundação João Pinheiro e integra o Núcleo de Estudos em Segurança Pública. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia das Organizações e Sociologia da Criminalidade e Violência.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9188261003903587>

Laura da Veiga

Titulação: Doutora em Ciências Sociais Aplicadas à Educação pela Universidade de Stanford, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Tem experiência de pesquisa e de avaliação nas áreas de Sociologia da Educação, Sociologia da Ciência, Políticas Sociais e Metodologia de Pesquisa, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Sociais, Avaliação de Projetos para área Social, descentralização, desigualdade social, educação, inclusão social.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7530447934015963>

Lúcio Otávio Seixas Barbosa

Titulação: Doutor em economia Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina e graduado em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo do Estado de Minas Gerais. Tem interesse em macroeconomia e desenvolvimento econômico.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0763986687709752>

Marconi Martins de Laia

Titulação: Doutor e mestre em Ciência da Informação, e graduado em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação em Administração, Habilitação em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente ocupa a função de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Tem atuação em projetos nas áreas de Planejamento Estratégico, Gestão da Cadeia de Valor e de Processos de Negócio, Implantação de Sistemas Informatizados.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1741540398103596>

Marcos Arcaño de Assis

Titulação: Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro; Especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador em Ciência e Tecnologia pela Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1802441347513803>

Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz

Titulação: Doutor, mestre e graduado em Administração pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorado Sanduíche na American University, Washington, Estados Unidos. Pós-Doutorado no Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente desde 1993 e atua como Pesquisador da Fundação João Pinheiro, sendo membro do Núcleo de Estudos em Segurança Pública. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Política e Planejamento Governamentais e Gestão de Organizações Complexas.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3678172153181366>

Maria Isabel Araújo Rodrigues

Titulação: Mestre em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho e especialista em Auditoria e Controle pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Possui graduação em Direito pela Fundação Mineira de Educação e Cultura e graduação em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

Experiência Acadêmica e Profissional: Servidora da Fundação João Pinheiro desde 2005; Atualmente é Diretora Geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5334432281936225>

Marina Alves Amorim

Titulação: Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Letras pela Université Rennes 2/ Université d'Haute Bretagne, tendo desenvolvido dois estágios pós-doutorais na UFMG, um em história e outro em educação. É mestre em Educação e bacharel em História também pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: É pesquisadora da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho (EG) da Fundação João Pinheiro (FJP), onde desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão. Atua no campo da sociologia da educação e dos estudos de gênero.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3937684474332889>

Mauro Araújo Câmara

Titulação: Doutor e mestre em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado como Tecnólogo em Processamento de Dados, pelo Centro Universitário Newton Paiva. Técnico em Eletrônica pelo CEFET-MG.

Experiência Acadêmica e Profissional: Possui 27 anos de experiência na área de Informática, manutenção e suporte de hardware de pequeno, médio e grande porte. Na Ciência da Informação dá ênfase à Teoria Geral da Informação com os temas: telecentro, sociedade da informação, inclusão digital, software livre, apropriação informacional, políticas de informação, aprendizagem, expertise, conhecimento tácito e gestão da informação e do conhecimento. Atualmente atua na Assessoria de Gestão do Conhecimento, na Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4194131672447100>

Mauro César da Silveira

Titulação: Doutor em Administração de Empresas e mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Administração pela Faculdade Machado Sobrinho e em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2006. Docente no Ensino Superior desde 2002.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5117682231041638>

Max Melquiades da Silva

Titulação: Doutorando em ciência da informação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Administração Pública - Gestão da Informação pela Fundação João Pinheiro. Pós-graduado em Gestão Pública pela UFMG, bacharel em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e em Sistemas de Informação pela Universidade Fumec.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador em Ciência e tecnologia na Fundação João Pinheiro. Atua em projetos de pesquisa focados na análise e proposição de ações para modernização da gestão pública, ciência da informação e educação a distância no setor público.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5624247693651969>

Nícia Raies Moreira de Souza

Titulação: Doutora e mestr em Sociologia e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro desde 1994. Atua na área dos estudos de estratificação social, mercado de trabalho, juventude e gênero. Tem experiência na montagem e gestão de pesquisas domiciliares e análise de dados.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1095632798215165>

Raimundo de Sousa Leal Filho

Titulação: Doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas.

Experiência Acadêmica e Profissional: Docente desde 1994 e atualmente ocupa o cargo de Pesquisador em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4176384445275118>

Reinaldo Carvalho de Moraes

Titulação: Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Pós-graduado em Gestão Financeira pela Faculdade Pitágoras. Graduado em Estatística pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Fundação João Pinheiro onde trabalha com pesquisas sobre Finanças Públicas e Economia Mineira.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1205599866885208>

Renato Somberg Pfeffer

Titulação: Doutor em Filosofia, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Complutense de Madrid, mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós graduado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. É graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belo Horizonte e em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é pesquisador da Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2036877945969773>

Renato Vale Santos

Titulação: Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduado em Ciências Econômicas pelo Centro Universitário Newton Paiva.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é pesquisador em ciência e tecnologia da Fundação João Pinheiro e professor da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho. Tem experiência na área de Probabilidade e Estatística, com ênfase em Estatística.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2700449363826495>

Ricardo Carneiro

Titulação: Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política e mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduado em Matemática pela mesma instituição.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador da Fundação João Pinheiro desde 1979; Docente no Ensino Superior desde 1985.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6739881018308220>

Sérgio Luiz Felix da Silva

Titulação: Mestre em Administração Pública com concentração em Gestão de Políticas Sociais pela Fundação João Pinheiro. É especialista em Ciência Política com concentração em Teoria Política e graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Atualmente é Técnico em Atividade de Ciência Tecnologia da Fundação João Pinheiro. Tem experiência no levantamento, sistematização e análise de dados nas áreas de justiça e segurança pública e na coordenação de cursos.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5259755413691169>

Sílvio Ferreira Júnior

Titulação: Doutorado e Mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa e Graduado em Economia pela Universidade Federal de Viçosa.

Experiência Acadêmica e Profissional: É pesquisador em ciência e tecnologia da FJP. É Líder do grupo de pesquisa Saúde e Políticas Públicas. É membro do grupo de pesquisa Economia da Saúde, na FIOCRUZ, e membro de pesquisa do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável-IPPDS, na UFV.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.
Currículo: lattes.cnpq.br/7789533222493903

Simone Cristina Dufloth

Titulação: Doutora em Ciência da Informação e mestre em Ciências e Técnicas Nucleares pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel em Administração de Empresas pelo Centro Universitário UNA e em Engenharia Elétrica - Sistemas Eletrônicos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora da Fundação João Pinheiro desde 1994; Docente no Ensino Superior desde 1992.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6166815079725368>

Thais Mara Alexandrino

Titulação: Doutoranda em Direito e Mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Coimbra, UC, Portugal. Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Brasil.

Experiência Acadêmica e Profissional: Assessora da Diretoria de Previdência do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, IPSEMG, desde 2002.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1535231714675774>

Marco Paulo Vianna Franco

Titulação: Doutor em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador em ciências aplicadas e políticas públicas da Fundação João Pinheiro desde 2015.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2389776951720448>

Marina Soares Marinho

Titulação: Doutoranda e Mestra em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Assistente do Advogado-Geral do Estado de Minas Gerais na Coordenação de Contencioso Estratégico.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6230936890648392>

Rosânia Rodrigues de Sousa

Titulação: Doutora em Psicologia Social do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília, mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduação em Psicologia pela Fundação Mineira de Educação e Cultura.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador pleno da Fundação João Pinheiro. Gerente de Ensino e Pesquisa da Escola de Governo desde 2011.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6990850876347831>

Thiago Bernardo Borges

Titulação: Mestre em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Minas Gerais, graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.

Experiência Acadêmica e Profissional: Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1576048646080968>

Beatrice Correa de Oliveira

Titulação: Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em gestão de projetos sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais e Bacharela em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.

Experiência Acadêmica e Profissional: Gerente de Extensão e Relações Institucionais da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho desde 2019.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9536544139024382>

Helena Teixeira Magalhães Soares

Titulação: Mestre em Administração pelas Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo e Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pela Universidade de São Paulo e em Métodos e Técnicas de Elaboração de Projetos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. *Experiência Acadêmica e Profissional:* Pesquisadora em ciência e tecnologia pela Diretoria de Estatística e Informações na Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7168515925393318>

Maria Izabel Marques do Valle

Titulação: Mestrado em Administração Pública pela Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora da Fundação João Pinheiro e colaboradora do Instituto de Estudos Pró-Cidadania e da Bios Consultoria.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5748615625962404>

Raquel de Mattos Viana

Titulação: Doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora em Ciência e Tecnologia na Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3240306219098942>

Felipe Michel Santos Araújo

Titulação: Mestre em International Educational Administration and Policy Analysis pela Universidade de Stanford. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, no Estado de Minas Gerais desde 2010. Atuou também atuou como coordenador de políticas educacionais e coordenador de relações institucionais e governamentais na Fundação Lemann entre 2016 e 2018.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/8951102856590191>

Leonardo Ladeira

Titulação: Mestre em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduado em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas Gestão Governamental do Governo do Estado de Minas Gerais.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0018931057345235>

Marcos Antônio Nunes

Titulação: Doutor e Mestre em Geografia e Organização do Espaço pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Bacharel e licenciado em Geografia também pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisador em Ciência e Tecnologia na Diretoria de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3770701139583558>

Mônica Moreira Esteves Bernardi

Titulação: Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, graduada em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos e em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro. Possui pós graduação em Direito da Economia e da Empresa e em Gestão Estratégica de Pessoas, ambas pela Fundação Getúlio Vargas.

Experiência Acadêmica e Profissional: É servidora efetiva do Governo de Minas Gerais desde 1994 e ocupa o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo de Minas Gerais desde 1999. Ocupou vários cargos de Direção e Assessoramento nas áreas de planejamento estratégico e recursos humanos. Atualmente, ocupa a vice presidência da Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4624853031994419>

Mirella Vasconcelos Ferreira Barbosa

Titulação: Mestre em Ciências Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Administração Pública pela Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho. Possui Especialização em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de São João del-Rei e em Gestão Pública de Organização e Serviços de Saúde pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2009.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1720261428175808>

Marcos Guilherme Nunes Caldeira

Titulação: Mestrando em Administração pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Pós-graduado em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, exerce as funções de Presidente do Comitê Executivo de Governança e Assessor Especial de Governança, Riscos e Compliance, da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6613508445891233>

Raphaella Aragão Vieira

Titulação: Mestranda em Administração pela UFMG. Pós-graduação em Empreendedorismo, Marketing e Finanças pela PUC Minas. Possui graduações em Sistemas de Informação e em Administração, ambas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Experiência Acadêmica e Profissional: Gestor em Ciência e Tecnologia da Fundação João Pinheiro

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4376806381324364>

Rodrigo Fontenelle de Araújo Miranda

Titulação: Doutorando em Administração Pública. Mestre em Contabilidade pela Universidade de Brasília. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pós graduado em Finanças e Auditoria Financeira.

Experiência Acadêmica e Profissional: Auditor Federal de Finanças e Controle da CGU, atualmente cedido à MG, ocupando o cargo de Controlador-Geral de Minas Gerais.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/2184815587991109>

Juliana Aschar

Titulação: Especialização em andamento em Compliance e Integridade Corporativa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Especialização em Gestão e Administração Pública Municipal pela Fundação Aprender para Educação, Cultura, Ciência. Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Franca.

Experiência Acadêmica e Profissional: Subcontroladora de Governo Aberto em exercício.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7951676579859673>

Tatiane de Jesus Silva

Titulação: Especialista em Auditoria Contábil e Financeira pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Diretor da Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3388490147663071>

Camila Barbosa Neves

Titulação: Graduada em Administração Pública pela Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho.

Experiência Acadêmica e Profissional: Especialista em políticas públicas e gestão do Governo do Estado de Minas Gerais.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7763115927295055>

David Salim Santos Hosni

Titulação: Doutorando e Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Experiência Acadêmica e Profissional: Assistente de gabinete no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Vínculo com a Instituição: Docente Horista

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9360029192526183>

Carolina Proietti Imura

Titulação: Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, e graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em elaboração, gestão e avaliação de projetos sociais pela UFMG e em saúde coletiva pela FMUSP.

Experiência Acadêmica e Profissional: Diretora de Políticas Públicas na Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6554718545797733>

Daniela Goes Paraíso Lacerda

Titulação: Mestre em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa.

Experiência Acadêmica e Profissional: Pesquisadora da Diretoria de Políticas Públicas (DPP) da Fundação João Pinheiro.

Vínculo com a Instituição: Docente em tempo integral sem dedicação exclusiva.

Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7151165130781471>

BIBLIOTECA MARIA HELENA DE ANDRADE

Subordinada à Presidência da Fundação João Pinheiro, a Biblioteca Prof.^a Maria Helena de Andrade organiza, supervisiona e controla a atividade de coleta, análise, processamento, armazenamento e disseminação de documentos e informações de interesse

de seus usuários, os pesquisadores, funcionários, alunos e professores da casa, prestando atendimento também a pesquisadores de outras instituições.

A Biblioteca Prof.^a Maria Helena de Andrade tem como missão gerir e supervisionar a coleta, o tratamento, a recuperação, a guarda, o controle e a disseminação das informações relativas às atividades executadas pela Fundação João Pinheiro, preservar a memória técnico-científica institucional e repositório de toda informação sobre o Estado de Minas Gerais.

A Biblioteca Prof.^a Maria Helena de Andrade possui quatro núcleos de atividades:

- Biblioteca
- Núcleo de Editoração – equipe responsável pelos processos de normalização, revisão e padronização das publicações editadas pela FJP, seguindo as orientações normativas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e normas de uso e escrita da língua portuguesa.
- Núcleo de Gestão de Documentos – tem como competência assegurar, de forma eficiente, a produção, administração, manutenção e destinação dos documentos físicos, técnicos e administrativos gerados pela FJP.
- Núcleo de Serviços de Informação Digital – tem como competência promover soluções de organização, preservação, compartilhamento, acesso e difusão da informação em versão digital da produção científica e memorial da Fundação João Pinheiro. Responsável também pela coordenação de projetos no âmbito da Biblioteca, além de parceria estratégica em ações setoriais da instituição.

ESTRUTURA FÍSICA

A Biblioteca Prof.^a Maria Helena de Andrade ocupada uma área de 800 m², possuindo 62 assentos e 4 salas para estudo em grupo.

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

O horário de atendimento da Biblioteca Prof.^a Maria Helena de Andrade é de segunda à sexta-feira de 08h30 às 18h00.

USUÁRIOS

Os usuários têm livre o acesso à biblioteca, sendo permitida a consulta às bases de dados e ao acervo. Quanto ao empréstimo domiciliar é permitido somente aos:

- funcionários em atividade na Fundação João Pinheiro (mediante a apresentação da carteira funcional);
- professores e consultores (mediante apresentação de declaração do coordenador do curso ou do projeto);
- alunos devidamente matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação da Fundação João Pinheiro (mediante listagem fornecida pela secretaria da Escola de Governo);
- alunos e funcionários de outras instituições, por meio do Serviço de Empréstimo entre Bibliotecas.

Tabela 02 – USUÁRIOS INSCRITOS NA BIBLIOTECA

| TIPO DE USUÁRIO | NÚMERO DE USUÁRIOS INSCRITOS |
|--------------------------|-------------------------------------|
| Alunos de Curso | 5.625 |
| Funcionários Fundação | 573 |
| Prestador de Serviço | 373 |
| Bibliotecas/Instituições | 183 |
| Professores | 91 |
| Consultor | 52 |
| Asprom | 10 |
| Total | 6.907 |

Fonte: Biblioteca da Fundação João Pinheiro

SERVIÇOS

A Biblioteca Prof.^a Maria Helena de Andrade oferece os seguintes serviços:

- Referência: atendimento e orientação quanto ao uso da Biblioteca, obras de referência, localização e obtenção de material;
- Empréstimo: domiciliar, no recinto e entre bibliotecas;
- Pesquisa bibliográfica: levantamentos bibliográficos nas bases de dados locais, em CDs e via Internet;
- Comutação Bibliográfica: fornecimento de cópias de artigos científicos por meio do Serviço de Comutação Bibliográfica do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – Comut;
- Treinamento de Usuários: treinamento informal, individual ou em grupos, sobre o uso da Biblioteca e das bases de dados locais;
- Alerta de periódicos e de novas publicações incorporadas ao acervo;

- Consultas ao catálogo online: dá acesso ao catálogo por meio da internet e rede local.
- Normalização: orientação aos usuários quanto à apresentação dos trabalhos acadêmicos e relatórios técnico científicos.

Por meio de um convênio firmado com o IBICT, a Biblioteca participa do projeto de Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações o qual integra em um só portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no país, assim como disponibilizar em todo o mundo, via Internet, o catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral para consulta ou download. Formulário de liberação de dissertações, monografias, relatórios de pesquisa e teses.

QUADRO DE PESSOAL

O quadro de pessoal da Biblioteca é composto pelos seguintes profissionais:

Tabela 03 – FUNCIONÁRIOS DA BIBLIOTECA

| PESSOAL | integral (40 horas) | de 20 a 39 horas | menos de 20 horas | TOTAL |
|--|--------------------------------|-----------------------------|------------------------------|--------------|
| Bibliotecários | 9 | 0 | 0 | 9 |
| Assistentes de bibliotecários | 7 | 0 | 0 | 7 |
| Pessoal técnico e de apoio (exceto vigilância e limpeza) | 0 | 5 | 0 | 5 |
| Total | 16 | 5 | 0 | 21 |

Fonte: Biblioteca da Fundação João Pinheiro

EQUIPAMENTOS

A Biblioteca Prof.^a Maria Helena de Andrade conta com os seguintes equipamentos:

Tabela 04 – EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS PELA BIBLIOTECA

| SETOR | EQUIPAMENTOS/COMPUTADORES |
|-----------------------|----------------------------------|
| Gerência | 5 |
| Processamento Técnico | 6 |
| Referência | 11 |
| Editoração | 3 |
| Arquivo | 4 |
| Biblioteca Digital | 7 |
| Total | 36 |

Fonte: Biblioteca da Fundação João Pinheiro

ESTATÍSTICAS

As informações que seguem são referentes às atividades da Biblioteca, sendo geradas pelo software InfoIsis que gerencia todos os trabalhos.

Tabela 05 – ACERVO DA BIBLIOTECA

| ESPECIFICAÇÃO | QUANTIDADE | EXEMPLARES |
|--|-------------------|-------------------|
| Livros (monografias, DVD's e relatórios) | 16.626 | 34.760 |
| Títulos de Periódicos | 414 | - |
| Fascículos de Periódicos | 19.663 | - |
| Total | 36.703 | 34.760 |

Fonte: Biblioteca da Fundação João Pinheiro

Tabela 06 – LIVROS DO ACERVO DA BIBLIOTECA POR ÁREA DE CONHECIMENTO

| ÁREA DO CONHECIMENTO | QUANTIDADE | |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| | MATERIAIS | EXEMPLARES |
| Ciências Agrárias | 432 | 555 |
| Ciências Biológicas | 34 | 40 |
| Ciências Saúde | 364 | 886 |
| Ciências Exatas e da Terra | 1170 | 1943 |
| Ciências Humanas | 4164 | 10129 |
| Ciências Sociais Aplicadas | 14033 | 36866 |
| Engenharia/Tecnologia | 1527 | 2349 |
| Línguas | 2786 | 5235 |
| Sem classificação | 3945 | 7635 |
| Total | 28.455 | 65.638 |

Fonte: Biblioteca da Fundação João Pinheiro

Tabela 07 – SERVIÇOS DO NÚCLEO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO DIGITAL (NSID)

| ESPECIFICAÇÃO | DOCUMENTOS INSERIDOS | DOWNLOADS EFETUADOS |
|----------------------|-----------------------------|----------------------------|
| Biblioteca Digital | 690 | 17 970 |
| Repositório | 473 | 2 435 |
| Monografia | 66 | - |
| BDTD-IBICT | 14 | - |
| Total | 1.243 | 20.405 |

Fonte: Biblioteca da Fundação João Pinheiro

INFRAESTRUTURA DA ESCOLA DE GOVERNO

A Fundação João Pinheiro (FJP) está situada na Alameda das Acácias nº 70, no Bairro São Luiz – Pampulha, Belo Horizonte - MG.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, compõe a estrutura formal da FJP motivo pelo qual executa suas atividades no espaço físico da Fundação João Pinheiro. A estrutura física da Escola de Governo encontra-se resumida abaixo:

- 10 salas de aula
- 1 mini-auditório para 30 lugares
- 1 auditório para 60 lugares
- 1 auditório para 168 lugares
- 2 laboratórios de informática (aulas e estudo)
- sala de reunião
- salas de trabalho para professores
- salas de trabalho para pesquisadores
- salas de trabalho para apoio administrativo
- restaurante
- posto de atendimento do Banco Sicoob
- caixa eletrônico do Banco do Brasil
- biblioteca ligada a sistemas que permitem a sua integração com todas as universidades do Brasil
- sala do Diretório Acadêmico
- sala da João Pinheiro Jr.

A Escola de Governo, por ser uma Diretoria da Fundação João Pinheiro, utiliza-se de sua infraestrutura, na qual se destacam 2 (dois) auditórios, especificados abaixo, 1 (uma) biblioteca que oferece acervo diversificado de livros periódicos e outras publicações relevantes da administração pública, 1 (um) ponto de serviço de reprografia e 1 (um) restaurante/lanchonete com capacidade para, aproximadamente, 150 (cento e cinquenta) pessoas.

Tabela 08 – CAPACIDADE E RECURSOS DOS AUDITÓRIOS
DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

| AUDITÓRIO | CAPACIDADE | RECURSOS |
|---------------------|-------------|---|
| Jussara Seixas | 60 pessoas | notebook, projetor multimídia, ar condicionado. |
| Auditório Principal | 168 pessoas | cabine de controle de automação, computador, projetor multimídia, sistemas de áudio e iluminação, microfones de mesa e sem fio, ar condicionado, elevador para deficientes. |

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Em sua infraestrutura, a Escola de Governo possui 12 instalações sanitárias e 11 salas de aula com capacidade para atender 354 alunos, equipadas com telas de projeção, quadros brancos e com recursos instrucionais, conforme especificado abaixo:

Tabela 09 – QUANTIDADE E CAPACIDADE DAS
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS NA UNIDADE DA PAMPULHA

| INSTALAÇÕES | QUANTIDADE | CAPACIDADE |
|-------------------------------------|------------|------------|
| Banheiro Feminino | 4 | 6 |
| Banheiro Masculino | 4 | 9 |
| Banheiro Feminino para deficientes | 2 | 2 |
| Banheiro Masculino para deficientes | 2 | 2 |
| Total | 12 | 19 |

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Tabela 10 – CAPACIDADE E ESPECIFICAÇÃO DOS RECURSOS
DISPONÍVEIS NAS SALAS DE AULA NA UNIDADE DA PAMPULHA

| SALA | CAPACIDADE | PROJETOR | COMPUTADOR |
|-------|------------|--------------|---|
| 109-B | 35 alunos | Vivitek DW86 | Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Linux |
| 110-B | 40 alunos | Vivitek DW86 | Lenovo AMD Anthlon 3 de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Windows 7, 64 Bits |
| 118-B | 40 alunos | Benq PB8120 | Lenovo AMD Anthlon 3 de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Windows 7, 64 Bits |
| 120-B | 45 alunos | Vivitek DW86 | Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Windows 7, 32 Bits |
| 126-B | 40 alunos | Benq X522P | Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Windows 7, 32 Bits |
| 204-C | 30 alunos | Benq X522P | Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Linux |
| 205-C | 45 alunos | Vivitek D851 | Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Windows 7, 32 Bits |
| 213-C | 30 alunos | Acer X1211K | Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Linux |
| 214-C | 32 alunos | Acer X1211K | Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Linux |
| 219-C | 24 alunos | Vivitek DW86 | Positivo E220 Intel Duo Core, 1Gb de RAM, 160 GB de HD – Sistema Operacional Windows 7, 64 Bits |

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

A Escola de Governo além dos recursos instalados nas salas de aulas conta ainda com 5 (cinco) flip charts que são disponibilizados em salas de aula quando necessário.

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho conta ainda com a unidade da Avenida Brasil, cuja estrutura física encontra-se resumida abaixo:

- 10 salas de aula com capacidade para 35 alunos
- um auditório de 200 lugares, com cabine de controle de automação, computador, projetor multimídia, sistemas de áudio e iluminação, microfones de mesa e sem fio, ar condicionado, elevador para deficientes.
- salas de trabalho para professores
- salas de trabalho para pesquisadores
- salas de trabalho para apoio administrativo

Destaca-se ainda, com relação à infraestrutura física da Escola de Governo, salas de trabalho dotadas de recursos computacionais e que são ocupadas por servidores que atuam como docentes, pesquisadores, técnicos, administrativos e estagiários.

LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

A estrutura de equipamentos dos laboratórios de informática da Escola de Governo se resume:

Tabela 11 – ESTRUTURA DOS LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA DA UNIDADE PAMPULHA

| LABORATÓRIOS | ÁREA FÍSICA | EQUIPAMENTOS | | ORGANIZAÇÃO DAS AULAS |
|--|-------------------|-----------------|--|---|
| | | QTE. | QUALIDADE | |
| Laboratório de Informática Aulas (sala 01-A) | 109m ² | 28 computadores | AMD Athlon 64 3500+, 2.19 GHZ, 512Mb Ram, 80 Gb de HD | Agendadas previamente pelas coordenações de cursos. |
| | | 1 projetor | Vivitek D851 | |
| Laboratório de Informática Estudo (sala 107-B) | 44m ² | 16 | 15 AMD Athlon 2600+, 1.512MB, 40GB, tela CRT 17"; 1 Pentium 4 1,5Ghz, 256MB, 40GB, tela CRT 17"; 1 AMD Sempron 2600+, 512MB, 80GB, tela CRT 17". | Utilizados com fins acadêmicos pelos alunos. |

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo

INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL

Quanto à infraestrutura computacional, a Escola de Governo possui estrutura que atende o corpo docente, pesquisadores e equipe administrativa. Todos os microcomputadores têm acesso a rede no servidor Linux e Active Directory disponibilizada pela Fundação João Pinheiro com link de 10MB, conforme relacionado abaixo:

Tabela 12 – ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DE MICROCOMPUTADORES EXISTENTES NA ESCOLA DE GOVERNO DA UNIDADE PAMPULHA

| PROCESSADOR | RAM | HD | QUANTIDADE |
|-------------------------------|-------|-------|------------|
| AMD Athlon 64x2 2,8GHz | 2GB | 250GB | 3 |
| AMD Athlon 64x2 2,09GHz | 1GB | 80GB | 9 |
| AMD Athlon 64 3500+, 2.19 GHZ | 512MB | 80GB | 11 |
| Athlon X2 - HP LE1901W | 2GB | 250GB | 26 |
| E220 INTEL DUO CORE | 1GB | 160GB | 13 |
| INTEL Dual Core 1,6Ghz | 1GB | 160GB | 3 |
| Pentium 4 3.00Ghz | 512MB | 80GB | 2 |
| TOTAL | | | 67 |

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo

Tabela 13 – ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DE IMPRESSORAS EXISTENTES NA ESCOLA DE GOVERNO DA UNIDADE PAMPULHA

| MARCA | MODELO | SERVIÇO | QUANTIDADE |
|--------------|--------------|---------|------------|
| HP | Deskjet 3845 | Local | 1 |
| | Deskjet 5650 | Local | 1 |
| | Deskjet 6940 | Local | 1 |
| | Laserjet 6P | Local | 1 |
| | PSC 1350 | Local | 1 |
| Lexmark | E360dn | Rede | 1 |
| | T644 | Rede | 1 |
| | X264dn | Rede | 3 |
| | E332 | Rede | 1 |
| Xerox | Phaser 6010N | Rede | 3 |
| TOTAL | | | 14 |

Fonte: Secretaria Geral da Escola de Governo

ACESSO A INTERNET

Todos os microcomputadores da Escola de Governo estão conectados na rede da Fundação João Pinheiro com link de 10MB via operadora OI.

SOFTWARES LICENCIADOS

Todos os microcomputadores da Escola de Governo, bem como os da Fundação João Pinheiro, possuem licenças do Windows XP Profissional, Antivírus, Office 2003, Acrobat. Ainda conta com 20 licenças do SPSS.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicadores de gestão fixados para avaliação do programa de graduação pelo MEC, tais como relação candidato/vaga, número de alunos formados/ano, índice médio de evasão admitido, composição e regime de trabalho do corpo docente e outros, possibilitam a compreensão da realidade da instituição, o que por sua vez pode determinar ações para melhoria em suas unidades e inovações nos processos administrativos e educacionais, assegurando a manutenção dos padrões de qualidade estabelecidos.

Tabela 13 – QUANTITATIVO DE ALUNOS DO CSAP

| ANO DE INGRESSO | TURMA CSAP | ALUNOS INGRESSANTES | ALUNOS FORMANDOS | EVASÃO (%) | ANO DE FORMATURA (PREVISÃO) |
|-----------------|------------|---------------------|------------------|------------|-----------------------------|
| 1987 | I | 40 | 16 | 60,0% | 1992 |
| Fev/1994 | II | 40 | 30 | 25,0% | 1997 |
| Out/ 1994 | III | 40 | 30 | 25,0% | 1998 |
| 1995 | IV | 40 | 31 | 22,5% | 1998 |
| 1996 | V | 40 | 37 | 7,5% | 1999 |
| 1997 | VI | 40 | 34 | 15,0% | 2000 |
| 1998 | VII | 40 | 32 | 20,0% | 2001 |
| 1999 | VIII | 40 | 33 | 17,5% | 2002 |
| 2000 | IX | 40 | 35 | 12,5% | 2003 |
| 2001 | X | 40 | 34 | 15,0% | 2004 |
| 2002 | XI | 40 | 37 | 7,5% | 2005 |
| 2003 | XII | 40 | 34 | 15,0% | 2006 |
| 1º Sem. 2004 | XIII | 40 | 33 | 17,5% | 2º/2007 |
| 2º Sem. 2004 | XIV | 40 | 37 | 7,5% | 1º/2008 |
| 1º Sem 2005 | XV | 40 | 36 | 10,0% | 2º/2008 |
| 2º Sem. 2005 | XVI | 40 | 34 | 15,0% | 1º/2009 |
| 1º Sem. 2006 | XVII | 40 | 34 | 15,0% | 2º/2009 |
| 2º Sem. 2006 | XVIII | 40 | 26 | 35,0% | 1º/2010 |
| 1º Sem 2007 | XIX | 40 | 34 | 15,0% | 2º/2010 |
| 2º Sem 2007 | XX | 40 | 37 | 7,5% | 1º/2011 |
| 1º Sem 2008 | XXI | 40 | 34 | 15,0% | 2º/2011 |
| 2º Sem 2008 | XXII | 40 | 31 | 22,5% | 1º/2012 |
| 1º Sem 2009 | XXIII | 40 | 26 | 35,0% | 2º/2012 |
| 2º Sem 2009 | XXIV | 40 | 30 | 25,0% | 1º/2013 |
| 1º Sem 2010 | XXV | 40 | 35 | 12,5% | 2º/2013 |
| 2º Sem 2010 | XXVI | 40 | 33 | 17,5% | 1º/2014 |
| 1º Sem 2011 | XXVII | 40 | 36 | 10,0% | 2º/2014 |
| 2º Sem 2011 | XXVIII | 40 | 37 | 7,5% | 1º/2015 |
| 1º Sem 2012 | XXIX | 40 | 32 | 20,0% | 2º/2015 |
| 2º Sem 2012 | XXX | 40 | 32 | 20,0% | 1º/2016 |
| 1º Sem 2013 | XXXI | 40 | 37 | 7,5% | 2º/2016 |
| 2º Sem 2013 | XXXII | 40 | 37 | 7,5% | 1º/2017 |
| 1º Sem 2014 | XXXIII | 40 | 38 | 5% | 2º/2017 |
| 2º Sem 2014 | XXXIV | 40 | 38 | 5% | 1º/2018 |
| 1º Sem 2015 | XXXV | 40 | | | 2º/2018 |

| | | | | |
|-------------|---------|----|--|---------|
| 2º Sem 2015 | XXXVI | 40 | | 1º/2019 |
| 1º Sem 2016 | XXXVII | 40 | | 2º/2019 |
| 2º Sem 2016 | XXXVIII | 40 | | 1º/2020 |
| 1º Sem 2017 | XXXIX | 40 | | 2º/2020 |
| 1º Sem 2018 | XL | 40 | | 2º/2021 |

Fonte: Coordenação do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo

Tabela 14 – EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO CANDIDATOS/VAGA
NO CONCURSO PÚBLICO EPPGG (ingresso CSAP)

| ANO DE INGRESSO | QUANTIDADE DE CANDIDATOS INSCRITOS | RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA |
|-----------------|------------------------------------|------------------------|
| 1994/1º | 1794 | 44,9 |
| 1994/2º | 527 | 13,2 |
| 1995 | 901 | 22,5 |
| 1996 | 747 | 18,7 |
| 1997 | 698 | 17,5 |
| 1998 | 844 | 21,1 |
| 1999 | 1004 | 25,1 |
| 2000 | 648 | 16,2 |
| 2001 | 952 | 23,8 |
| 2002 | 1485 | 37,1 |
| 2003 | 1290 | 32,3 |
| 2004/1º | 1433 | 35,8 |
| 2004/2º | 803 | 20,1 |
| 2005 | 1091 | 13,6 |
| 2006 | 1257 | 15,7 |
| 2007 | 1376 | 17,2 |
| 2008 | 1048 | 13,1 |
| 2009 | 1.560 | 19,5 |
| 2010 | 1.152 | 19,2 |
| 2011 | 1.296 | 16,2 |
| 2012 | 1.040 | 13,0 |
| 2013 | 1.338 | 16,7 |
| 2014 | 1304 | 16,3 |
| 2015 | 931 | 11,6 |
| 2016 | 2.329 | 29,1 |
| 2017 | 6.464 | 161,6 |
| 2018 | 2.703 | 67,6 |

Fonte: Coordenação do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo

Tabela 15 – COMPOSIÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CSAP EM 2018

| TITULAÇÃO | QUANTIDADE | PROPORÇÃO |
|--------------|------------|-----------|
| Doutor | 37 | 68,5% |
| Mestre | 16 | 29,6% |
| Especialista | 1 | 1,9% |

Fonte: Coordenação do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo

Tabela 16 – REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CSAP

| REGIME DE TRABALHO | QUANTIDADE | PROPORÇÃO |
|-----------------------------------|-------------------|------------------|
| Dedicação Exclusiva / Efetivo | 51 | 94,4% |
| Horista / Contrato Administrativo | 3 | 5,6% |

Fonte: Coordenação do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo

Tabela 17 – AVALIAÇÃO DO CSAP PELO GUIA DO ESTUDANTE

| ANO DE AVALIAÇÃO | CONCEITO |
|-------------------------|-----------------|
| 2007 | 4 ESTRELAS |
| 2008 | 5 ESTRELAS |
| 2009 | 5 ESTRELAS |
| 2010 | 4 ESTRELAS |
| 2011 | 4 ESTRELAS |
| 2012 | 4 ESTRELAS |
| 2013 | 4 ESTRELAS |
| 2014 | 5 ESTRELAS |
| 2015 | 5 ESTRELAS |
| 2016 | 5 ESTRELAS |
| 2017 | 5 ESTRELAS |

Fonte: Coordenação do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo

Tabela 18 – CSAP NO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DE ESTUDANTES (ENADE)

| ANO DO ENADE | NOTA | CONCEITO |
|---------------------|---|-----------------|
| 2006 | 1º lugar (Cursos de Administração) | 5 |
| 2009 | 12º lugar (Cursos de Administração) | 5 |
| 2012 | 3º lugar (Cursos de Administração) 7º lugar (Cursos de Ciências Sociais Aplicadas) | 5 |
| 2015 | 1º lugar (Cursos de Administração Pública) | 5 |

Fonte: Coordenação do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo

Tabela 19 – CSAP NO ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC)

| ANO DE AVALIAÇÃO DO IGC | NOTA |
|--------------------------------|-------------|
| 2008 | 5 |
| 2009 | 5 |
| 2010 | 5 |
| 2011 | 5 |
| 2012 | 4 |
| 2013 | 5 |
| 2014 | 4 |
| 2015 | 4 |
| 2016 | 5 |

Fonte: Coordenação do curso de graduação em Administração Pública da Escola de Governo

Para a consolidação de toda IES no cenário e no contexto da educação superior, o que inclui a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, e para que a

educação cresça com equilíbrio, tenha continuidade e perenidade e possa desempenhar o papel importante que lhe está sendo atribuído no desenvolvimento cultural, social, econômico e científico do país, é importante sim que haja uma regulação e uma avaliação do sistema como um todo. Esta regulação acaba por exigir de cada IES o alcance e a manutenção de níveis de qualidade, precisando estar preparada, ter uma visão de gestão atualizada, articular qualidade e sustentabilidade e estar estrategicamente bem definida, com objetivos e metas bem posicionadas, conectadas com o mundo global e em contato com experiências e boas práticas.